



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

FRANCISCO BALCÃO CARVALHO

Em busca da verdade histórica: Gorender e a escravidão

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do prof. Carlos Cordovano.

Campinas

2018

PREFÁCIO

Sob o crepúsculo, eu sempre fiz o mesmo caminho rumo ao Instituto de Economia ao sair do bandejão. Primeiro por dentro do ciclo básico, local de cursos preliminares, como cálculo. Matérias, por definição, chatas e desinteressantes. Na sequência do percurso, eu chegava até a rua Cláudio Abramo, que separa o instituto de matemática e o de ciências humanas. O lado social sempre foi mais tortuoso, esburacado, com escadas que não levam a lugar nenhum, verdadeiras construções interrompidas, partes impossíveis de se andar na chuva e raízes invadindo a calçada. Nem por isso o lado exato seria menos desafiador, pois também possuía suas sinuosidades, reformas intermitentes e calçamentos desnivelados, mas se mostrava muito mais claro e objetivo. Nunca tive qualquer dúvida de qual lado escolher. Muitos de meus colegas seguiam pelo próprio asfalto em sua linha reta, rápida e direta, e creio que estavam certos, por ser a opção mais racional. Inclusive, é possível dizer que a economia seja a junção destes dois institutos e o trajeto desejado para um estudante de economia se baseie no meio-termo mesmo. Para mim, sempre foi mais interessante observar as raízes que destruíam o concreto da calçada, ambas tão imbricadas entre si que seria impossível retirar uma sem destruir a outra.

Este é meu trabalho de conclusão do curso de economia e ele se volta quase totalmente para o lado social desta longa caminhada de 5 anos, neste meu pôr-do-sol da graduação.

UNICAMP, Francisco Balcão Carvalho, 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai e minha mãe por sempre me incentivar a conhecer a cultura mundial. Durante um bom tempo, meu quarto foi misturado à biblioteca de casa e meu “móvil” eram as estantes com centenas de livros. Agradeço também à minha madrasta que disse que eu “me daria muito bem neste curso” tão logo eu havia entrado. Também agradeço a meus amigos, Érico, Lana, Digão, Mika, Edna, Mayara. Por se tratar de um trabalho acadêmico, talvez eu devesse agradecer aos professores presentes no cotidiano de minha vida.

Agradeço a meu pai e minha mãe por sempre me incentivar a conhecer a cultura mundial. Durante um bom tempo, meu quarto foi misturado à biblioteca de casa e meu “móvil” eram as estantes com centenas de livros. Agradeço também à minha madrasta que disse que eu “me daria muito bem neste curso” tão logo eu havia entrado. Também agradeço a meus amigos Érico, Lana, Digão, Mika, Edna, Mayara. Por uma feliz conjunção astral, sempre estive rodeado de professores e professoras, desde os que fizeram desta atividade sua profissão às que optaram pela educação como via política. Que continue assim.

Agradeço também ao amigo Marcelo Durante que leu meu trabalho inicial e me tranquilizou dizendo que eu estava na direção certa, a Carlos Quadros, que recebeu um desconhecido para conversar sobre Gorender numa sexta à noite na FFLCH, e aos amigos Jean, Rafael e Lorrana e Dani pelas conversas.

Agradeço a meus amigos Guilherme e Mayara pelas conversas entre as aulas em meio a busca por um pão de queijo que tivesse uma relação custo-benefício decente.

Agradeço a meu orientador, Carlos Cordovano, por me orientar efetivamente, mas também por me dar autonomia para decidir os temas e textos que eu preferia. Também agradeço, imensamente, por me apresentar ao cinema nacional.

Por fim, agradeço a minha companheira Beatrice, que cotidianamente me faz feliz. Que a vida continue assim.

Sumário

| | |
|--|----|
| RESUMO | 6 |
| ABSTRACT..... | 6 |
| INTRODUÇÃO..... | 7 |
| CAPÍTULO 1: O CAMINHO DE SWANN..... | 10 |
| 1.1 Escravismo Colonial..... | 10 |
| 1.2 Leis específicas do escravismo colonial..... | 14 |
| Lei da renda monetária..... | 15 |
| Lei da inversão inicial da aquisição do escravo..... | 15 |
| Leis da rigidez da mão de obra escrava | 18 |
| Lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista | 19 |
| Lei da população escrava..... | 20 |
| 1.3 Ciclo de reprodução do escravismo colonial | 21 |
| CAPÍTULO 2: O CAMINHO DE GUERMANTES | 26 |
| 2.1 Introdução | 26 |
| 2.2 A guinada historiográfica de Kátia Mattoso: laços de solidariedade entre escravizados, libertos e livres..... | 27 |
| 2.3 O fim do binômio paternalismo-violência: a visão de Silvia Lara..... | 32 |
| 2.4 “Como era bom ser escravo no Brasil”: a visão crítica de Gorender. . | 36 |
| 2.5 Debate público? | 39 |
| CONCLUSÃO | 46 |
| BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 48 |
| REFERÊNCIAS | 48 |
| ANEXOS..... | 51 |

RESUMO

Este trabalho trata das críticas levantadas por Gorender a uma nova corrente historiográfica que, segundo ele, reabilitava a escravidão. Para isso, buscou-se a comparação das quatro principais, aos olhos deste trabalho, desta discussão: “Ser escravo no Brasil” de Kátia Mattoso, “Campos da violência” de Silvia Lara Hunold e “O escravismo colonial” e “A escravidão reabilitada” de Jacob Gorender. A conclusão é que não há um debate possível entre estas obras e seus autores porque os modos de abordagem e os objetivos ao se debruçar sobre o tema escravidão são diferentes.

Palavras-chave: Escravidão, Gorender, Historiografia.

ABSTRACT

This work explores the book “A escravidão Reabilitada” by Jacob Gorender and its relations with three other books: “Ser escravo no Brasil” by Kátia Mattoso, “Campos da violência”, by Silvia Lara Hunold and “O escravismo Colonial”. The method is a rigorous reading of each to understand their main connections. The conclusion is that a debate between them is impossible because each has different methods and goals in the slavery theme.

Keywords: Slavery, Gorender, Historiography.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre sobre o debate acerca da escravidão na colônia portuguesa que veio a se tornar o Brasil a partir da obra de Jacob Gorender (1923-2013). Sua principal questão é a importância dos conceitos deste autor para o entendimento do Brasil pré-república e é dividido em duas partes que se completam. Na primeira, aborda-se o conceito criado por Gorender de modo de produção escravista colonial no livro “O escravismo colonial”. Na segunda, parte-se de outra obra de Gorender, “A escravidão reabilitada”, para se analisar a crítica do autor a uma nova historiografia da década de 80 a respeito da escravidão e a crítica por ele recebida.

Uma das grandes motivações deste livro crítico foi o significado *negativo* que os movimentos negros deram às comemorações do centenário da assim chamada “lei áurea”. Negativo no sentido de que a abolição não trouxe integração aos negros, o racismo continuou¹, assim como a opressão, vide charge abaixo.

Charge 1: A visão do MNU acerca da “abolição”



Fonte: (Fonte: Boletim “Negô” nº14 de Abril de 1988)²

¹ Para Kátia Mattoso, inclusive a intolerância surgiu com o fim da escravidão. Gorender, 1991, p. 21

² Disponível em <http://culturadigital.br/mnupe/tag/mnu-ba/>. Acesso em 03/04/18. O MNU (Movimento Negro UNIFICADO) foi fundado em 1978 em ato contra a tortura e morte de Robinson da

Para tanto, serão analisadas, de maneira mais profunda, a contribuição de duas autoras citadas no livro de Gorender, Kátia Mattoso (1931-2011) e Sílvia Lara, com uma seção para cada dentro do segundo capítulo, além de outros comentadores e comentadoras da questão da escravidão que se reúnem em outra seção. A primeira historiadora foi incluída porque é considerada por Gorender uma das primeiras e principais “reabilitadoras” da escravidão, da virada para Gilberto Freyre dos anos 70³. Já a segunda entra por ser uma das principais representantes da linha historiográfica que se desenvolveu na UNICAMP e será analisada no decorrer deste trabalho⁴. Além dela, Sidney Chalhou, do mesmo departamento, também teve sua obra consultada para a escrita deste trabalho por conta da polêmica pública que tomou algumas páginas do jornal Folha de São Paulo em 1990 e pode ser lida no anexo, mas considerou-se que Lara possuía mais material que dialogava com Gorender diretamente, pelo menos na bibliografia consultada.

A principal hipótese do trabalho é a de que as críticas de Gorender, apesar de contundentes, se destinam a uma outra tradição historiográfica que aborda os problemas históricos sobre outra perspectiva e com outros objetivos. Já a hipótese secundária é a de que as críticas de Lara e Chalhou ao trabalho de Gorender se direcionam muito mais aos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso por conta da categorização do escravizado⁵ como coisa. Ao polarizar a discussão entre “escravo-coisa”⁶ e escravo sujeito, a obra de Gorender cairia na primeira categoria para Chalhou e Lara. Já Gorender vê nesta separação uma reabilitação da escravidão porque esconde seu principal traço, a violência e seu principal motivo, o escravismo colonial, transformando-a em algo mais leve para os escravizados.

Luz pela polícia ditatorial. Para mais informações, acessar <https://mnupenambuco.blogspot.com.br/2010/05/movimento-negro-unificado-militao.html>

³ Gorender, 1990, p. 14.

⁴ Para Gorender, a UNICAMP representava o “foco mais ativo das novas tendências reacionárias”. Ibid, p. 15

⁵ Neste trabalho optou-se pela utilização da palavra *escravizado* ao invés do comum *escravo*. De acordo com alguns setores do movimento negro, a palavra escravo faz parecer que a própria pessoa fosse definida como escravo, não que fosse uma condição imposta à força, como *escravizado* representa. O trabalho não se aprofundou nesta discussão, mas como parece haver benefícios ao utilizar *escravizado* e nenhum malefício (com a exceção de uma pequena estranheza por parte do leitor ou da leitora), optou-se por *escravizado*.

⁶ Chalhou, 2003, p. 249-250

Em resumo, o que se pretende dizer, é que um debate nunca é direto, por mais que os autores o façam parecer. Sempre há ideias e conceitos da época e das escolas por trás de cada texto que se escondem ao leitor de fora. É na busca deste plano oculto que a segunda parte do trabalho de baseia⁷.

⁷ Quanto às omissões do trabalho, uma das principais é perspectiva regional ou recorte temporal dentro do período da escravidão (final do século XVI até final do XIX) de forma sistemática, no que se considera que a escravidão canavieira nordestina do séc XVII não possui diferenças significativas com a do oeste paulista do fim do século XIX, pelo menos para a maior parte da análise deste trabalho. As próprias obras citadas tratam de épocas e espaços diferentes, mas buscou-se as considerações gerais da escravidão para cada uma (normalmente explicitadas em partes ou capítulos de cada livro).

CAPÍTULO 1: O CAMINHO DE SWANN

1.1 Escravismo Colonial

Segundo Gorender, a historiografia econômica brasileira nunca considerou o escravismo como ponto de partida da investigação sobre a colônia ou o Império, sempre o viu como ponto de chegada, ou seja, como resultado de algum processo, nunca como causa⁸. Logo no início de seu livro, Gorender faz uma breve passagem historiográfica para mostrar seu ponto.

Em autores como Gilberto Freyre ou Oliveira Vianna a classe senhorial estava no centro do quadro investigativo e, em uma certa tipologia feudal, o escravizado continuou secundário frente a grande propriedade em Nelson Werneck Sodré. Já Roberto Simonsen introduziu a teoria dos ciclos de exportação, que foi superada por Caio Prado Jr. com a combinação das exportações à estrutura colonial formando um “sentido da colonização”⁹. Este sentido que determinaria a estrutura de grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Posteriormente, autores como Celso Furtado e Fernando Novais, seguindo a trilha deixada por Caio Prado Jr., deixam o patriarcalismo em segundo plano, privilegiando as relações de distribuição ou circulação da renda. O próprio Celso Furtado não dá maior relevo teórico à escravidão, senão como explicativa da alta concentração de renda¹⁰. Apesar de considera-las frutíferas em diversos campos, Gorender escreve que as teorias acima não conseguem explicar completamente as relações de produção.

Após esta breve passagem, Gorender mostra o que realmente propõe: um estudo de economia política para o período escravista brasileiro. E o autor, como em toda sua obra, é bastante claro quanto ao termo utilizado: “A Economia Política é a ciência dos modos de produção, de todos *em geral* e de cada um deles *em especial*, de sua sucessão e das transições de um para o outro”¹¹. De modo que pelas próprias

⁸ Gorender, 1992b, p.1

⁹ Ver “O sentido da colonização” em Prado Jr., 1994

¹⁰ Ver Eliminação do trabalho escravo em Furtado, 1968

¹¹ Gorender, 1992b, pg. 9.

categorias utilizadas, fica claro o alinhamento do autor ao método de investigação do materialismo histórico.

Nesta linha, Gorender não tem dúvidas quanto à prioridade da produção sobre a circulação, distribuição e consumo. A primeira contém as outras e por isso é dela que sai o princípio formador da estrutura, o modo de produção. Das relações cotidianas entre homens e mulheres que se dão nesta estrutura é que vem a reprodução das relações de produção e das forças produtivas¹².

Gorender, porém, nega os cinco tipos fundamentais de relação de produção “oficializados” pelo marxismo que se convencionou chamar de ortodoxo enquanto únicos¹³ porque a escravidão brasileira foi diferente da greco-romana ou de outros povos passados. Além disso, o quadro escravista não cabe na definição de capitalismo como modo de produção em que assalariados juridicamente livres produzem mais-valia relativa a partir da venda de sua força de trabalho enquanto mercadoria¹⁴.

Outro ponto essencial para Gorender é a prevalência da investigação lógico-sistemática sobre a histórica. Isto não quer dizer que o método histórico seja inútil, mas que o método lógico o supere (ultrapasse e conserve). Uma das principais críticas aos autores que se baseiam em casos individuais de escravizados é que uma historiografia puramente singular leva a personalização e perde o sentido geral. Por isso, o objetivo final do livro “O escravismo Colonial” é o de elaborar categorias e leis que se manifestam de formas particulares, assim como Marx fez para o capitalismo n”O capital”, que resulta no estudo do escravismo colonial, modo de produção específico na história.

¹² O mais importante, porém (particularmente importante também para a segunda parte deste trabalho) é que os homens e mulheres, ao possuírem subjetividade, orientam o seu trabalho, mesmo se compulsório, a uma intencionalidade.

¹³ Segundo Gorender, as etapas “oficializadas” por Stálin, são: Comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo e socialismo. Gorender, 1992b, p. 15.

¹⁴ Gorender é bem rígido quanto a importância da definição de capitalismo: “Infelizmente, na ciência social, não podemos ir muito adiante sem que tenhamos definições precisas de certos conceitos cruciais. De outro modo, não conseguiríamos evitar mal-entendidos, discussões desfocadas, verdadeiros diálogos de surdos. Não é possível, como acontece infelizmente com certa frequência, ter um pé em Karl Marx e outro pé em Max Weber. Isso não dá pé. Estamos com um ou estamos com outro, em particular no que se refere ao conceito de capitalismo.” Gorender, 1987, p. 13.

A escravidão em si como categoria social não indica um modo de produção específico ou único. É até possível que seja algo que não concorra diretamente para as atividades de produção e reprodução material da sociedade¹⁵, ou que não caracterize toda a economia, como as tristes notícias que ainda no século XXI aparecem nas Américas¹⁶. De modo análogo, não é porque existiram trabalhadores livres durante o período colonial que eles podem ser considerados a base para o modo de produção vigente. Se a própria reprodução da sociedade pressupuser a escravidão como relação produtiva, a escravidão é a base de seu modo de produção. Ainda assim pode ser um modo de produção escravista patriarcal ou colonial¹⁷. Dito isso, passa-se às categorias fundamentais, escravizado e latifúndio, porque é na relação destas duas forças produtivas que se dará o modo de produção escravista colonial.

A definição de escravizado, para Gorender, não é complexa ou, pelo menos, não varia conforme a época, de modo que ele concordaria com Aristóteles (relevando a parte “natural” do argumento), pensador do século IV a.C.: “um ser humano pertencente por natureza não a si mesmo, mas a outra pessoa, é por natureza um escravo”¹⁸. Essa escravidão pode ser completa se houver perpetuidade e transferência da condição por hereditariedade, ou incompleta no caso de ausência de uma ou outra¹⁹. O tipo principal de escravizado no Brasil colonial é rural e sem instrução formal, ponto de comum acordo a toda bibliografia consultada²⁰.

Já o latifúndio assume a forma de plantagem²¹ e é explicado por Gorender com base no trabalho de Leo Weibel²² (a despeito da sua discordância de que haja algum capitalismo nesse sistema) e dividida em quatro traços fundamentais.

¹⁵ Como a escravidão da Antiguidade, que possuía algumas formas em que escravizado cuidava de afazeres domésticos. Gorender, 1992b, p.46

¹⁶ Aproximadamente 2 milhões de pessoas vivem em condições análogas à escravidão nas Américas. OIT, 2017, p. 19.

¹⁷ Gorender, 1992b, p. 46.

¹⁸ Aristóteles, 1991, p. 14.

¹⁹ Gorender, 1992b. p.47-48

²⁰ Embora aplicada apenas para o Rio Grande do Sul, a lei sobre instrução primária é representativa porque “proibia de frequentar as escolas públicas ‘os escravos, e pretos ainda que sejam livres e libertos’”. Cardoso, 1962, p. 142-143.

²¹ Gorender faz questão de usar um termo em português para um fenômeno majoritariamente brasileiro ao invés do corrente *plantation* que veio do francês *plantage*. O termo “plantagem” possui a

Primeiro, a especialização da monocultura voltada para o mercado exterior²³. Obviamente, existia um setor de subsistência, mas esta economia natural era sempre limitada pela mercantil. Outro ponto é o trabalho em equipes sob comando unificado com alto grau de disciplina e integração das tarefas. Importante ressaltar que as semelhanças com feudalismo são a produção de gêneros agrícolas e autoridade em lei de um senhor apenas, dado que servos feudais possuíam meios de produção e viviam em pequenas propriedades, algo inexistente ou marginal (conforme local e época) no escravismo colonial.

O terceiro traço é a complexidade técnica interna da plantagem. Da cana cortada até o açúcar branco existe um processo complexo de beneficiamentos que pode ser visto, em menor grau, em todos os outros gêneros agrícolas da época como café e fumo²⁴. Já o último traço é a divisão do trabalho quantitativa e qualitativa. Como visto anteriormente, havia uma diferença qualitativa entre a colheita e o beneficiamento. Porém, a grande maioria dos escravizados não possuía especialização e vigorava uma alta intercambialidade entre funções, como colheita, transporte ou primeiro tratamento.

A existência de escravidão na América e formação do trabalho livre na Europa não constitui paradoxo por conta das outras forças produtivas²⁵. Apesar da clara maior produtividade (inclusive no campo) dos trabalhadores livres europeus, a plantagem antecipou diversas características do capitalismo como trabalho em escala, comando unificado e divisão do trabalho que, unidas às férteis terras brasileiras, sobrepujam a agricultura familiar. E, no período colonial, o único trabalhador possível para estas condições era o escravizado. Portanto, fica claro que

vantagem de ser unívoco em português, já que não se confunde com plantação. Gorender, 1992b, p. 77.

²² Gorender, 1992b, p. 78.

²³ Esta questão se relaciona fortemente com a “brecha camponesa”. Para alguns autores, essa “brecha” era um espaço em que o escravizado poderia produzir para si mesmo (seja para consumo ou troca posterior), o que levaria a uma certa formação de um campesinato. Talvez o auge do tema tenha sido o livro “Escravo ou camponês?” de Ciro Cardoso. Ver Cardoso, 1986, p. 91- 126. Gorender discorda completamente desta tese porque não vê esse fator da brecha camponesa como estrutural, e sim como algo esparso e raro. Ver Gorender, 1990, cap. 5.

²⁴ Isso não significa que havia grande progresso técnico ou aumento de produtividade. Ou seja, não era capitalismo. As técnicas eram suficientes para a época, mas se após 300 anos de escravismo colonial um latifúndio produzia 200 toneladas de açúcar/ ano, após 100 de capitalismo uma indústria produz milhares de toneladas/ ano na mesma área. Gorender, 1992b, p. 82.

²⁵ Gorender não admite a possibilidade de paradoxos na história porque, se os houvesse, a história não teria explicação por definição. Gorender, 1992b, p. 88.

Gorender discorda completamente das teses que afirmam que a escravidão existia por conta do tráfico, e não vice-versa, afinal é na produção que deve ser estudado o modo de produção de uma sociedade, não na circulação.

1.2 Leis específicas do escravismo colonial

É a partir do estudo da força de trabalho de uma sociedade que se descobrem as suas leis específicas. Em um nível completamente abstrato, não há diferenciação entre servos, escravizados e trabalhadores: todos “têm sua jornada dividida entre trabalho necessário e sobretrabalho”²⁶. O que muda entre as sociedades e épocas é a forma de extração deste sobretrabalho, o que caracteriza os diferentes modos de produção. Cada um destes regido por leis de diferentes generalidades e que se relacionam de forma orgânica. O tipo de lei mais geral de todas, presente em todo e qualquer modo de produção é chamado de *onimodal*²⁷. Já as leis *plurimodais* são aquelas que se verificam em vários modos de produção, mas não todos²⁸. E, por fim, as *monomodais* ou *específicas*, exclusivas de um único modo de produção, que são cinco para o escravismo colonial, segundo Gorender: lei da renda monetária, lei da inversão inicial de aquisição do escravizado, lei da rigidez da mão-de-obra escrava, lei da correlação entre economia mercantil e a economia natural da plantagem escravista e lei da população escrava. Gorender explicita-as para demonstrar as principais contradições do sistema escravista colonial, principalmente o caráter desacumulador da reprodução do ciclo produtivo.

²⁶ Gorender, 1992b, p. 147.

²⁷ Um exemplo de lei onimodal é a “lei da correspondência determinante entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas”. Gorender, 1992b, p. 152.

²⁸ Um exemplo de lei plurimodal é a lei do valor, que aparece em diversas sociedades, mas não em todas. Gorender, 1992b, p. 152.

Lei da renda monetária

“A exploração produtiva do escravo resulta no trabalho excedente convertido em renda monetária”²⁹.

Esta lei, como o próprio enunciado evidencia, é fácil de se perceber. Ela serve para afirmar a produção de valores de troca do escravismo colonial, diferenciando-o da escravidão patriarcal, onde a apropriação do sobretrabalho se dava pela forma de renda natural³⁰, produção de valores de uso³¹. Ou seja, a maior parte da produção do escravismo colonial era voltada para o mercado, para a obtenção de uma renda monetária.

Lei da inversão inicial da aquisição do escravo

[A] inversão inicial de aquisição do escravo assegura ao escravista o direito de dispor de uma força de trabalho como sua propriedade permanente e simultaneamente esteriliza o fundo adiantado neste puro ato de aquisição reposto à custa do excedente a ser criado pelo mesmo escravo³²

Esta é, aos olhos deste trabalho, a principal lei explicitada por Gorender. Ela é baseada na impossibilidade de se classificar o escravizado como capital fixo ou circulante, mais especificamente seu preço de compra. Isso porque o produtor escravista colonial precisa adiantar um volume de capital para obter direito de dispor de força de trabalho, algo impensável para um capitalista que apenas paga a força de trabalho pelo seu tempo de uso e após a produção ser realizada. O gasto com o

²⁹ Gorender, 1992b, p. 155.

³⁰ Esta é uma forma de diferenciar a renda em dois tipos: natural e monetária. A primeira é o pagamento com os próprios produtos do trabalho, e a segunda é em dinheiro. Majoritária no capitalismo, a forma de renda monetária não é exclusiva deste modo de produção.

³¹ Não é o tema deste trabalho, mas não deixa de ser interessante a sugestão de Gorender de que o “impasse da escravidão romana decorreu da impossibilidade de um modo de produção escravista patriarcal se converter em modo de produção escravista *mercantil* nas condições do mundo antigo”. Impasse que foi uma das causas do fim do Império Romano. Gorender, 1992b, p.160.

³² Gorender, 1992b, p. 185.

escravizado, obviamente, não se resume a sua compra e inclui sua manutenção, mas mesmo essa manutenção não pode ser vista como um salário. Diversos intérpretes consideraram a inversão inicial como um capital fixo³³, equiparando-a ao gasto de construção de uma fábrica. Isso pode ser verdade em termos puramente contábeis porque é uma alta soma de capital investida que vai se pagando ao longo do tempo, mas em termos da economia política entendida por Gorender, isto não se sustenta. Além disso, o trabalho é um processo subjetivo feito por homens e mulheres, o que tornaria o escravizado também um capital circulante, fazendo-o ora ser capital fixo, ora não, ou uma junção das duas categorias em uma só, primeiro como capital fixo e após como capital circulante o que só aumenta a confusão teórica³⁴. Para acabar com esta confusão, é necessário explicar como cada capital é visto por Marx.

Uma maneira de olhar a separação da forma capital-dinheiro que será usada para a produção é entre fixo e circulante, relativa à transferência de valor. O capital fixo é aquele que transfere valor aos poucos para os produtos, como as máquinas, enquanto o capital circulante transfere todo o valor de uma só vez como salários e matérias primas. Quanto à composição do valor, a separação deve ser capital variável-capital constante. O capital variável é aquele que cria e aumenta valor, ou seja, unicamente a força de trabalho, enquanto o capital constante³⁵ é aquele dos outros meios de produção que mantém seu valor no produto, como máquinas e matérias primas. Portanto, “salário é, ao mesmo tempo, capital variável e capital circulante, ao passo que o capital fixo é capital constante(...)”³⁶. Ao moer a cana, o engenho de açúcar (a máquina em si) perde parte de seu valor de uso, se deprecia, para criar um novo valor de uso, o açúcar. Ou seja, o capital constante perde seu valor de uso e transfere seu valor de troca para um novo valor de uso. No nosso exemplo, a máquina de moagem perdeu parte de seu valor de uso (capital fixo) e a cana utilizada perdeu todo o seu valor de uso (capital circulante), enquanto o açúcar resultante tem um novo valor de uso e o valor de troca transferido de ambas somado ao trabalho do escravizado. Esta operação diz respeito à transformação do dinheiro

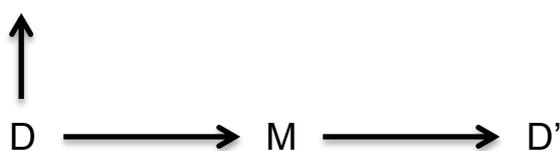
³³Celso Furtado, Sodré, FHC e Caio Prado Jr. Gorender, 1992b, p. 181.

³⁴ “A crítica a essa dupla imputação [capital fixo e trabalho], convém advertir desde logo, só tem sentido do ponto de vista da Economia Política marxista”. Gorender, 1992b, p. 172.

³⁵ Marx, 2013, p. 277.

³⁶ Gorender, 1992b, p. 172.

em capital, capítulo 4 do livro “O capital”. O senhor do engenho, a partir de um financiamento feito pelos detentores do capital mercantil³⁷, adianta uma quantia de dinheiro, repartida em capital fixo e circulante, para produzir um novo valor de uso que possui um valor de troca maior do que os iniciais porque conta com o trabalho recebido, processo chamado de D-M-D'³⁸. Ao contrário do que o senso comum talvez indique, o escravizado não pode ser visto como um capital fixo, que após se desgastar³⁹, ou seja, perder todo seu valor de uso, transfere e cria valor de troca. Isso porque o capital gasto na compra do escravizado não concorre para a produção. A compra de um escravizado tão somente assegura “ao plantador uma força de trabalho *permanentemente* disponível”⁴⁰. Uma máquina terá seu valor transferido aos produtos criados conforme perde valor de uso. O dinheiro gasto na compra do escravizado não tem seu valor transferido para os produtos do engenho. É um capital esterilizado. O famoso esquema DMD' poderia ser visto da seguinte maneira:



A seta para cima representa o gasto com a aquisição inicial do escravizado, que flui para um traficante e não concorre para a produção. Ela se assemelha a um gasto com a compra de uma terra virgem, com a diferença de necessidade de uso imediata do escravizado. Obviamente, D' é maior que o dinheiro gasto com capital

³⁷ Existiam outras formas de financiamento por entidades não-mercantis como as igrejas, mas no geral, ele era feito por detentores do capital mercantil, que como será visto adiante, era a fusão do capital comercial com o usurário.

³⁸ DMD' não é exclusividade de economias capitalista. Um comerciante que compre um produto por 100 reais e o venda por 110 já fez o processo, apesar disso ser algo acidental ou ocasional. O senhor de escravizados, obviamente, não passa pelo processo MDM, pois o objetivo deste é obter uma diferença qualitativa entre as mercadorias, enquanto o senhor espera obter uma diferença quantitativa entre o dinheiro investido e o dinheiro recebido, característica do DMD'. Ver cap. 4 em Marx, 2013.

³⁹ Ou seja, ficar inapto ao trabalho ou morrer. Além disso, o escravizado possui riscos, assim como a máquina. A máquina pode quebrar repentinamente e o escravizado pode fugir. Gorender, 1992b, p. 185.

⁴⁰ Gorender, 1992b, p. 167.

fixo, capital circulante e inversão inicial⁴¹ da compra do escravizado, senão o processo não teria sentido econômico. Fica fácil, então, perceber o alto grau desacumulador⁴² que esta economia escravista possuía.

Leis da rigidez da mão de obra escrava

As necessidades da fase de pico do trabalho determinam a quantidade de escravos da unidade produtora, que arca com as variações do aproveitamento da força de trabalho do plantel nas diversas fases estacionais do processo de produção.⁴³

Em consequência da rigidez da mão-de-obra escrava, a unidade produtora arca com mão de obra excessiva nas conjunturas de baixa e investe improdutivamente nas conjunturas de alta ao comprar escravos para aumentar a quantidade de mão-de-obra disponível.⁴⁴

Outra peculiaridade do sistema escravista colonial era a rigidez quantitativa da mão-de-obra, sendo o número de escravizados definido pelo necessário para a produção da época de alta dos preços e safra. Se a demanda por algum motivo diminuísse, ou durante a entressafra, os escravizados ficavam em parte ociosos. Vender os escravizados até seria uma opção, mas, nestas épocas, os preços caíam e a compra posterior para a alta seria mais cara, além da necessidade de novo treinamento⁴⁵. Caso diferente é o do capitalista, que pode demitir os funcionários na baixa ou até comprar novo capital fixo poupador de mão-de-obra. Como visto anteriormente, caso o escravista quisesse aumentar a produção deveria esterilizar boa parte de seu capital-dinheiro, o que já era um desincentivo às inovações. Além disso, a inovação não era incentivada porque uma inovação que poupasse mão de obra em uma etapa só criaria mão de obra ociosa posteriormente. Ao contrário do capitalista, o senhor não poderia demitir escravizados de uma etapa produtiva para

⁴¹ Em uma média superficial, pode-se dizer que o trabalho de um escravizado pagava a inversão inicial de 2 a 3 anos, enquanto a vida útil variava entre 10 – 15 anos. Gorender, 1992b, p. 198-201.

⁴² O plantel de escravizados representava 25-30% do capital investido total de um engenho de açúcar. Gorender, 1992b, p. 194.

⁴³ Gorender, 1992b, p. 236.

⁴⁴ Gorender, 1992b, p. 236.

⁴⁵ Gorender, 1992b, p. 210.

contratá-los em outra, ou seja, se menos escravizados fossem necessários para a colheita, o mesmo número anterior seria necessário para a moagem.

Isso não quer dizer que na entressafra os escravizados trabalhassem pouco. Pelas estimativas de Gorender, 50% do plantel estavam em alguma função diretamente ligada ao produto exportado, colheita, primeiro tratamento, moagem, por exemplo. Os outros 50% estavam ligados a funções auxiliares ou domésticas, carpinteiro, oleiro, marceneiro. Do total do plantel, cerca de 25% sempre estavam indisponíveis seja por ferimentos, fugas ou gravidez. Já na fase da safra, os escravizados de engenhos de cana trabalhavam mais de 18 horas em pé por dia durante quatro meses.

Como a fase de pico gerava lucros extraordinários, era ela quem determinava a quantidade de escravizados de uma fazenda. O custo de manter escravizados relativamente “ociosos” era mais do que compensado. Porém, essa rigidez levava a mais uma contradição do escravismo colonial: na baixa, tinha-se que arcar com mão-de-obra excessiva e na alta, ao aumentar a produção compravam-se mais escravizados, o que era uma esterilização do capital-dinheiro.

Lei da correlação entre a economia mercantil e a economia natural na plantagem escravista

“No âmbito da plantagem escravista colonial, a margem da economia natural varia na razão inversa das variações da economia mercantil, da qual constitui setor dependente”⁴⁶

Esta lei atesta a relação inversa entre economia natural e mercantil, ou seja, quando a segunda estava no auge pelos altos preços do produto exportado, a primeira ficava marginalizada. Para Gorender, economia natural se refere apenas os bens de consumo doméstico, produzidos dentro da plantagem, o que representava, em épocas de preço mediano, em torno de 20% da produção total⁴⁷. Grande parte

⁴⁶ Gorender, 1992b, p. 254.

⁴⁷ Um feudo polonês no XVIII comercializava apenas 35% da produção, normalmente. Gorender, 1992b, p. 250.

da importação eram artigos de luxo adquiridos pelos senhores⁴⁸. Apenas nas épocas de grande alta da demanda pelos exportados, como entre 1776 e 1782, buscava-se alimentos nas cidades, mesmo com preços mais altos.

Gorender, por fim, observa que a economia mercantil poderia ser vista como a variável independente e a natural, a dependente. Obviamente, isto variava com o tipo de produto exportado, afinal a cana necessita de cuidados durante todo o ano entre plantação, colheita, tratamento e beneficiamento ao contrário do café ou do algodão.

Lei da população escrava

O volume de abastecimento externo de mão-de-obra varia na razão inversa das variações do preço de aquisição do escravo e na razão direta das variações de sua rentabilidade⁴⁹

Esta lei diz respeito ao crescimento vegetativo negativo dos escravizados, apesar de enunciada apenas para o abastecimento externo. Por conta de seu alto rendimento, o modelo importação-substituição prevaleceu sobre a reprodução interna dos escravizados até o fim do tráfico negreiro⁵⁰. E este sistema de importação aliado a máxima exploração possível do escravizado resultou numa taxa de crescimento vegetativo negativo da população escrava por 4 principais motivos.

O primeiro deles era a preferência por escravizados do sexo masculino, por seu maior vigor físico, o que fazia a população de escravizados estrangeiros ser 75% masculina no século XIX, segundo Debret⁵¹. O número de mulheres só crescia conforme a maior necessidades de tarefas domésticas. Já o segundo era o baixo grau de interesse na reprodução de escravizados e na formação de famílias escravas⁵². O terceiro motivo era a alforria, mesmo que baixa, que era elemento

⁴⁸ Gorender, 1992b, p. 237-239.

⁴⁹ Gorender, 1992b, p. 323.

⁵⁰ Formalmente, em 1831. Efetivamente, em 1850 no Brasil.

⁵¹ Gorender, 1992b, p. 338.

⁵² Este tema é bastante discutido por autores posteriores e teve em Slenes, 1988, um trabalho seminal. Ao descobrir nos cartórios de Campinas um casal de escravizados que, segundo testemunhas, foi casado por décadas, o autor se pergunta se esse caso era uma simples exceção. A

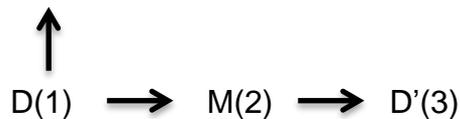
central do sistema escravista. E por último, e mais importante, as péssimas condições de vida do escravizado que reduziam sua expectativa de vida para dez anos desde que comprado no Brasil.

Esta lei, ou seu corolário de crescimento negativo da população escravizada, representa outro fator à desaccumulação do sistema, porque o aumento dos lucros se dava unicamente por aumento da importação da força de trabalho, visto a baixíssima inovação técnica.

1.3 Ciclo de reprodução do escravismo colonial

Durante um ciclo produtivo, todas as sociedades também produzem os meios de sua reprodução. Não só os meios de sua reprodução, segundo Marx, mas as próprias relações sociais de produção específicas do modo de produção em que vigoram. No caso do capitalismo, o trabalho de assalariados juridicamente livres e no escravismo colonial, escravizados. Já, no caso do escravismo colonial, a necessidade de importação de fatores de produção, escravizados e máquinas, não implicava que o modo de produção fosse incapaz de reproduzir-se se a renda para adquiri-los fosse gerada internamente. Como dito na segunda lei do escravismo colonial, este trabalho entende que o ciclo produtivo deste modo de produção, comandado pelo senhor de engenho, pode ser dividido em três partes, conforme os números do esquema abaixo. A primeira se dá com a mudança qualitativa do capital-dinheiro em duas formas, mercadorias e escravizados. A segunda é a mudança qualitativa da mercadoria, via venda para nova quantidade de capital-dinheiro, necessariamente maior do que a primeira para que o ciclo se complete. A terceira é a destinação desta nova quantia de capital-dinheiro entre consumo, nova compra de escravizados e entesouramento.

conclusão do artigo é que não era exceção, mas os casos não apareciam pelo preconceito. “Em resumo, o racismo, os preconceitos culturais e ideologia do trabalho da época predispunham os viajantes europeus e os brasileiros ‘homens de bem’ a verem os negros, que aparentemente não seguiam suas regras na vida íntima, como desregrados.” Slenes, 1988, p. 203. Embora considere que os autores da nova historiografia fizeram avanços sobre o tema da família escrava, Gorender vê equívocos nas abordagens propostas, principalmente por Slenes. O principal deles se dá com conclusões precipitadas e não justificadas pelo método quantitativo. O próprio método quantitativo aplicado, segundo Gorender, possui problemas aritméticos. Gorender, 1990, p. 44-60.



Este ciclo pode ser observado pela lei do valor⁵³, com a ressalva de que já deve estar claro que ele guarda diversas diferenças com o ciclo que Marx definiu para o modo de produção capitalista.

A primeira delas é evidenciada pela seta para cima. No ciclo produtivo do modo de produção capitalista, todo o capital-dinheiro investido se transforma em capital fixo ou circulante para, durante o processo produtivo transferir seu valor de troca para as mercadorias. Deste modo, somando o valor da mais-valia, a mercadoria é vendida por um valor maior do que o inicial, $D' > D$. Já no escravismo colonial, o capital-dinheiro não se transformava completamente em capital fixo ou circulante. Como visto, parte dele era esterilizado na inversão inicial para aquisição de mão de obra escrava, ou seja, este capital deixava de ser capital⁵⁴ e não transferia seu valor para a produção.

Outra diferença desta primeira parte se dá com o financiamento da produção. O financiamento originário pode ter vindo do capital holandês ou dos próprios donatários com recursos da Coroa⁵⁵, mas a diferença com o capitalismo aparece quando o escravismo colonial já está estabelecido. Se no modo de produção capitalista, é o próprio capitalista que financia seu processo produtivo⁵⁶, no escravismo colonial a produção era financiada pelos mercadores⁵⁷. Estes combinavam as funções do comércio e do financiamento dos engenhos e seus produtos, sendo que esta junção de funções foi a tônica de quase todo o escravismo colonial, presente tanto no ciclo da cana como no do café. Uma figura central para

⁵³ Como visto, a lei do valor é plurimodal.

⁵⁴ Gorender, 1992b, p. 569. Mais precisamente, nesta fase da produção, o capital colonial era capital mercantil – comercial ou usurário – mas quando investido na compra de escravizados não se transformava em capital fixo ou circulante, como se daria com a compra de uma fábrica e insumos, ele perdia sua própria natureza de capital.

⁵⁵ Gorender, 1992b, p. 511-512.

⁵⁶ Pelo menos no início do capitalismo. No século XX a entrada dos bancos no processo produtivo e o surgimento do capital financeiro é importantíssima, mas foge do tema deste trabalho.

⁵⁷ Na maioria dos casos eram mercadores, mas houve casos de financiamento estatal ou pessoal, como donatários e mega fazendeiros, e de instituições religiosas. Gorender, 1992b, cap. 24.

se entender este processo é o comissário do café, que cobrava em torno de 12-18% de juros anuais para adiantamento na forma de meios de produção, em especial escravizados, e bens de luxo. Como a primeira safra viria após 5 anos, os juros sobre esta safra já representavam mais de 60% do empréstimo. Com a safra em mãos, o comissário entrava em contato com os ensacadores e exportadores para realizar a venda. Recebido o dinheiro, os comissários deduziam para si, por cálculos próprios, os juros do empréstimo e o valor dos produtos (muitos de luxo) adiantados aos fazendeiros para, enfim, retornar a estes a parte da venda que lhes cabia, muitas vezes em novos produtos. Os comissários tinham, inclusive, maior valor emprestado que as hipotecas bancárias, nas milhares de casas comissárias do século XIX, espalhadas entre os grandes centros⁵⁸. Com isto fica claro que no escravismo colonial os agentes da circulação dominavam os titulares do processo de produção em termos de renda, ao contrário do capitalismo. Mas não é este domínio que explica o modo de produção ou suas leis internas. As relações de produção são, invariavelmente, relações sociais que se reproduzem no processo produtivo. Portanto, a circulação é prolongamento da produção. A segunda explica a primeira.

Na segunda fase do processo produtivo (M-D') é que surge o problema do valor. Enquanto no capitalismo o capital-dinheiro inicial tem seu valor transferido para a mercadoria vendida no fim do processo⁵⁹, o escravismo colonial tinha a esterilização do capital investido na aquisição inicial do escravizado. Sem essa transferência, o valor final poderia ser menor do que o inicial, ou seja $D' < D$, o que, somada a rigidez de mão de obra escravizada, quebraria os engenhos e inviabilizaria o escravismo colonial. Isto se daria porque os engenhos não tinham como baixar os custos de produção, tal qual um capitalista faria, com inovações técnicas. E é por este motivo que não havia competição longa entre duas grandes regiões do escravismo colonial, uma acabaria mais cedo ou mais tarde se competissem⁶⁰. Ao contrário do capitalismo, o escravismo colonial não funcionava sob permanente concorrência. O escravismo colonial só funcionava sob

⁵⁸ Gorender, 1992b, p. 518-521.

⁵⁹ Por meio dos capitais fixo e circulante

⁶⁰ Gorender, 1992b, p. 525.

permanentes preços de monopólio⁶¹, o próprio pacto colonial é um pacto de monopólios que beneficia mutuamente colônia e metrópole⁶². O monopólio podia ser de três tipos: promovido pelo Estado, vinculados a companhias de comércio privilegiadas ou de comerciantes em geral da metrópole com sua colônia⁶³. O principal problema dos preços de monopólio do escravismo colonial, como talvez esteja claro, é que ele impulsiona a concorrência, seu contrário. Foi por conta de sua altíssima capacidade de gerar renda que as plantagens de açúcar foram levadas para as Antilhas britânicas e francesas no meio do século XVII. Com isso, o Brasil perdeu os mercados ingleses e franceses, o que explica, em partes, o declínio deste tipo de plantagem no século XVII-XVIII⁶⁴. Por fim, o que vale ressaltar da segunda fase do ciclo produtivo do escravismo colonial é o fato de que o preço de venda de seus produtos não era reflexo de seu valor, tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, e sim um preço de monopólio.

No capitalismo, a terceira fase da metamorfose do capital dinheiro em mercadoria e mais dinheiro, indica a renovação do ciclo de maneira ampliada. O capitalista investe seus rendimentos em maior produção num ciclo constantemente crescente. A acumulação capitalista é acumulação de capital. Já a acumulação escravista, é acumulação de escravizados⁶⁵. E este processo de acumulação de escravizados, como já repetido talvez exaustivamente neste trabalho, era desacumulador. Outros dois pontos desacumuladores desta terceira fase eram o

⁶¹ Os preços de monopólio do escravismo colonial foram vistos por Adam Smith, Marx e Engels. Gorender, 1992b, p. 527.

⁶² Este ponto é contrastante com a visão de Novais em seu aclamado livro “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema colonial”. Apenas com o intuito de expor a crítica de Gorender, segue um trecho bastante elucidativos: “Com Novais, a mesma ideia de ‘sentido’ [da Colonização, vinda de Caio Prado Jr.] ganha a força de um princípio *a priori* modelador da realidade colonial (...), ao mesmo tempo *primo movens* e *causa finalis* da colonização da América e da formação do capitalismo na Europa” Gorender, 1992b, p. 528. O problema de Novais é achar que a metrópole comprava o açúcar pelo preço de custo, “abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo” Novais, 1974, p. 21. Por outro lado, a metrópole venderia seus produtos pelo máximo preço, acima do qual o consumo seria impraticável. A conta não fecha, mesmo com uma clara concentração de renda. Afinal, se os senhores vendiam a preço de custo, como conseguiriam comprar pelo máximo de preço? Essa questão está além de uma exploração em duas vias exatamente porque Novais só observa o lado da metrópole. O que sustentava os senhores, e os permitia consumir luxo, era que eles vendiam a preços de monopólio. Gorender, 1992b, p. 528-529.

⁶³ A relação Brasil-Portugal presenciou os três. O primeiro, de Estado, incidiu sobre o pau-brasil. Já as companhias foram mais raras, e não duraram muito. O principal deles é o terceiro tipo, de caráter nacional. Qualquer súdito da Coroa Portuguesa podia transacionar com a colônia e nenhum estrangeiro. Gorender, 1992b, p. 531.

⁶⁴ Gorender, 1992b, p. 535.

⁶⁵ Gorender, 1992b, p. 569.

altíssimo entesouramento e consumo de luxo, de modo que a renda não se convertia em nova produção⁶⁶.

Com o ciclo completo e as leis descritas, pode-se facilmente perceber os fatores desacomuladores desta economia, que se reforçavam: a inversão inicial da compra de trabalho esterilizava o capital dinheiro; o sistema de preço de monopólio garantia a renda nas épocas de baixa demanda, mas na alta poderia levar a um aumento da concorrência, destruindo unidades produtivas; a quantidade de mão de obra se fixava pelo máximo da produção não podendo ser dispensada; o alto custo de vigilância; a baixa produtividade do escravizado; a taxa vegetativa negativa da mão de obra escravizada.

É engano pensar, por conta deste mar de contradições, que esta economia não se expandia. De 1570 a 1630 a produção açucareira aumentou em 8 vezes⁶⁷. O ponto, óbvio, é que o ritmo desta expansão não chegava nem perto das economias capitalistas. Porém, a partir de suas contradições, o escravismo colonial persistiu por mais de 300 anos, mais do que o dobro do capitalismo no Brasil⁶⁸ atualmente.

⁶⁶ Gorender, 1992b, p. 569-576. No final de seu livro, de maneira até mais apressada e destoante do resto da obra, Gorender conclui que a acumulação no escravismo colonial levava ao endividamento por conta do consumo de luxo e compra de escravizados serem feitos pelo capital usurário.

⁶⁷ Gorender, 1992b, p. 566.

⁶⁸ Capitalismo definido nesta perspectiva só começa após 1888 com a universalização do trabalho livre.

CAPÍTULO 2: O CAMINHO DE GUERMANTES

2.1 Introdução

Esta parte tem por objetivo analisar a recepção das críticas apresentadas pelo livro “A escravidão reabilitada” de Jacob Gorender. Escrito logo após o centenário da “lei áurea”⁶⁹, a motivação declarada do texto foram os vários atos de repúdio a Rui Barbosa, Duque de Caxias e Princesa Isabel⁷⁰. Primeiro, será exposto o ponto de vista de cada uma das autoras mencionadas na introdução e, posteriormente, um balanço geral da contribuição de vários participantes do debate e da pertinência das críticas feitas.

Assim como n’“O escravismo Colonial”, Gorender começa com uma pequena análise da evolução do conceito abordado para, depois, apresentar sua contribuição. Primeiro, analisa o triunfo de Gilberto Freyre na academia, por um texto que dialogava contra os racismos de Oliveira Vianna. Este triunfo esteve em suspenso com as colaborações de Florestan Fernandes junto à chamada escola paulista, mas, na visão de Gorender, voltou absoluto na obra de Kátia Mattoso de dois modos que se completam. Por um lado, há uma virada capitalista e contratual, que aproxima a relação escravizado-senhor à relação capitalista-assalariado. Por outro lado, cria-se uma visão de afetuosidade, uma vivência dulcificada da relação escravizado-senhor.

Entre as principais refutações de Gilberto Freyre, Fernando Henrique Cardoso é um dos principais expoentes. Embora estivesse escrevendo contra uma ideia de “democracia rural”⁷¹ dada a clara brutalidade das relações observadas em seu

⁶⁹ Logo no fim de 1987 surgiu um boato de que as leis no Brasil caducavam em 100 anos, logo a escravidão voltaria no dia 13 de maio de 1988. Apesar do absurdo, o boato ganhou força e não são poucos os relatos de medo que surgiram. Pela pesquisa de Gorender, o único jornal que se prestou a fazer um editorial para desmentir o fato foi a Gazeta Mercantil, provavelmente temerosa de que algum de seus assinantes tivesse ideias pré-capitalistas. Talvez mais absurdo ainda seja pensar que este boato poderia ganhar proporções ainda maiores nos dias de hoje com as trocas de mensagens instantâneas, *fake News*. Gorender, 1990, p. 8-10

⁷⁰ O primeiro por ter queimado diversos arquivos da escravidão, o segundo por ter comandado o genocídio de mais de 100 mil negros na guerra do Paraguai. A terceira, pelo símbolo que virou, teve bonecos queimados. Gorender, 1990, p. 6.

⁷¹ A “democracia rural” é uma ideia baseada na “democracia racial” de Gilberto Freyre que diz, simplificadamente, que havia uma democracia racial no campo, principalmente em menores propriedades. Cardoso, 1962, p.141

estudo, Fernando Henrique Cardoso é criticado posteriormente por ser adepto da ideia de coisificação total do escravizado. O autor, realmente, apresenta sua visão do escravizado sem meandros ou armadilhas: escravizado é coisa do ponto de vista jurídico e na condição social⁷². Torna-se coisa pela constante violência e desprezo presentes no seu cotidiano de relações de trabalho, despersonalizando-o objetiva e subjetivamente, de modo que o próprio escravizado se via incapaz de ação autônoma. É este o motivo que torna o escravizado “passivo” quanto à dominação branca, negando-lhe a própria vontade de liberdade. A forma que ele tinha para representar-se como ser humano era “negar subjetivamente a ação do senhor”.

Com esta visão “coisificante” de Fernando Henrique Cardoso, o trabalho segue para cada uma das autoras analisadas e depois para as críticas de Gorender.

2.2 A guinada historiográfica de Kátia Mattoso: laços de solidariedade entre escravizados, libertos e livres

A principal contribuição de Kátia Mattoso de acordo com a bibliografia consultada neste trabalho é a sua investigação sobre os laços de solidariedade (ou hostilidade) entre os grupos sociais da escravidão. A autora afirma que antes de 1980 a maioria dos artigos se focava nas relações entre senhores e escravizados⁷³, de modo que ela passa a olhar as relações dentro do grupo dos escravizados a partir de suas origens, religiões ou suas ligações com os libertos.

Como é sabido, havia uma cuidadosa seleção para que escravizados vindos de locais próximos da África fossem separados. Caso ela fosse bem feita, ao chegar à fazenda, o negro não conseguia se comunicar nem com o senhor nem com os outros escravizados. E por comunicação não se entende apenas a língua falada, mas a própria vivência como, por exemplo, a religião. Isso criava tensões tão grandes quanto as tensões escravidão-senhor, daí que se tornava essencial que ele começasse a aprender o português falado o quanto antes. O caso era diferente

⁷² Cardoso, 1962, p. 133.

⁷³ Mattoso, 1981, p. 227.

para os *crioulos*, escravizados nascidos no Brasil. Quase sempre de pai anônimo, que não o assumia, este menino passava a ver o senhor como pai ao frequentar os mesmos espaços que os filhos brancos, com a diferença de que dormia na senzala. Aos sete, oito anos já começava a fazer pequenas tarefas domésticas e tinha uma “escolha” difícil: de qual lado ficar? Fiel a seu “pai branco” ou a comunidade que sofre dos mesmos males que ele? Tendo o português como língua materna e desde pequeno “adaptado”, podia se beneficiar bastante desta situação contra escravizados recém-chegados e almejar postos melhores dentro do quadro de funções escravas, podia virar um vigia ou algo próximo a um feitor, se fizesse a “escolha” do lado branco. Esta tensão fica clara com as opções que os crioulos tomavam após serem alforriados. Em um grupo de 65 libertos que fizeram testamento consultado pela autora, em torno de 50% dos africanos libertaram todos seus escravizados ao morrer, e apenas 10% dos *crioulos* o fizeram⁷⁴. Quanto ao mulato livre, ele muitas vezes escolhia o lado dos brancos, numa tentativa de “embranquecimento” que resultava na fúria dos escravizados africanos⁷⁵. Dentro do grupo de escravizados existiam hierarquias sociais díspares das impostas pelos brancos, como escravizados com prestígio religioso que eram visitados por diversos outros escravizados e libertos, além de questões complicadíssimas intra e intergrupos, como os nagôs que, a despeito de possuírem a mesma língua, praticavam religiões diferentes, islã, catolicismo entre outras, além de possuírem rivalidade com os jejes⁷⁶. Com estas questões, Kátia Mattoso consegue mostrar o quão complexo era a vida de um escravizado além das relações escravizado-senhor.

De qualquer modo, caso conseguisse se adaptar, ou seja, aprendesse um mínimo de português falado e formasse algum tipo de laço, o escravizado passava a frequentar as celebrações de cunho religioso, bem mais comuns nas cidades. A religião foi um dos refúgios dos escravizados, espaços e tempos de liberdade relativa, um refúgio aceito porque podia virar uma confraria religiosa católica,

⁷⁴ Mattoso, 1981, p.230.

⁷⁵ Os negros baianos se revoltaram no começo do século XIX, em Salvador, aos gritos de “Morte aos brancos e aos mulatos”. Mattoso, 1981, p.223

⁷⁶ Mattoso, 1981, p.229

incentivada pelos senhores. Foram estas confrarias que subiram diversas igrejas do Rosário pelo Brasil, muitas vezes com dinheiro doado pelos senhores.

Outro laço fundamental foi o compadrio. Não raro um padrinho (negro forro ou branco pobre) zelava por seu afilhado durante toda a vida. Muitas vezes, a mãe de um *crioulo* que possuísse sua senhora como madrinha, cumprimentava-a como *comadre* naturalmente. Por vezes, principalmente no campo, o batismo era feito às dezenas ou centenas e o padrinho ou madrinha não se importava com os afilhados, mas mesmo assim os laços de compadrio se formavam em outras instâncias, por exemplo: “quando o escravo escolhe um representante para advogar sua causa junto ao senhor. Um escravo fugido que deseja voltar ao senhor e lhe teme a fúria, apresenta-se acompanhado de um terceiro; (...)” ⁷⁷.

Já a família não era um laço⁷⁸ de solidariedade entre escravizados, pelo menos no sentido matriarcal. Casamentos eram raros e a família africana era diferente da europeia. Além disso, “compreende-se (...) que os senhores não tivessem querido forjar laços que poderiam, talvez, lhes criar problemas de consciência se tivessem de vender um dos membros da família” ⁷⁹.

Aos inadaptados, restava a rebelião. A rebelião individual podia ser uma fuga, uma “loucura assassina”⁸⁰ que dominasse o escravizado, alguns furtos e sabotagens ou o suicídio. Quase sempre frustradas, com exceção da última. As coletivas existiram, mas formaram quilombos que transacionavam com a cidade ou que foram dizimados. As insurreições nas cidades quase sempre foram descobertas antes que qualquer plano fosse efetivado e normalmente eram muito mais espontâneas que planejadas.

Caso sobrevivesse à viagem de barco, aprendesse português, se “adaptasse”, achasse refúgios aceitos pelos senhores, não se rebelasse, conseguisse de alguma forma juntar dinheiro, convencesse o senhor de sua alforria, o escravizado se via livre. Condição, muitas vezes, penosa e de gosto amargo⁸¹. De

⁷⁷ Mattoso, 1982, p. 132-133.

⁷⁸ Como visto, Slenes refuta essa visão em Slenes, 1988.

⁷⁹ Mattoso, 1982, p. 127.

⁸⁰ Mattoso, 1982, p. 155.

⁸¹ Mattoso, 1982, p. 168.

qualquer modo, dos que chegavam vivos da África e iam para a cidade (notadamente uma quantidade muito menor), a taxa de alforria era em torno de 1%. No campo, com certeza era menor.

No tocante a estes pontos, Gorender não possui críticas muito fortes. A principal delas, provavelmente, é a generalização das relações entre escravizados, libertos e senhores de Salvador do século XIX para todo o período escravista em todo território⁸². Os principais problemas surgem em outros pontos da primeira obra de relevância da autora⁸³, publicado originalmente em francês em 1979: “Ser escravo no Brasil” que foi pensado quase como um livro de divulgação e, por isso, não segue um rigoroso método científico de exposição. Ele traça o caminho do escravizado até o fim da escravidão⁸⁴: sua vida pré-escravidão, a captura, a viagem de navio, a venda (no caso do escravizado nascido no Brasil, desde seu nascimento até seus primeiros serviços), seu trabalho no Brasil e seu destino após a escravidão. Muito mais do que identificar cada uma destas “etapas” e descrevê-las, a autora está preocupada em identificar os laços de solidariedade que se criam ou são destruídos em cada um destes momentos, como visto acima. Com efeito, a captura, o cativeiro durante a viagem e a consequente venda tornavam o escravizado: “em primeiro lugar, uma mercadoria, objeto despossuído de qualquer vontade própria”⁸⁵. O primeiro laço era formado pelos 400 cativos sobreviventes da viagem, dentre os 500 que embarcaram, tornando-os “malembos” entre si⁸⁶. Mas só após o desembarque e a venda que suas personalidades começavam a se reconstruir.

Não demorava para que o escravizado percebesse que sua própria sobrevivência dependia desta personalização. Caso não desse o azar de cair nas mãos de um sádico, caso excepcional, era nas relações com seu senhor que se dava sua vivência e ele logo percebia como deveria ser na sociedade “acolhedora”:

⁸² A autora faz este movimento para mostrar que a mobilidade social do negro, assim como sua aceitação e trabalho pós abolição foi muito mais forte na Bahia, com alta concentração de negros do que em São Paulo, com baixa proporção de negros. Esta crítica de Gorender guarda semelhança com as críticas que ele faz a Gilberto Freyre por generalizar as relação escravizado-senhor do nordeste para o Brasil inteiro. Gorender, 1992b, p. 281.

⁸³ Exatamente a obra “Ser escravo no Brasil”.

⁸⁴ Seja esse fim a alforria, a fuga, a lei áurea ou a morte.

⁸⁵ Mattoso, 1982, p. 100.

⁸⁶ Mattoso, 1982, p. 48 para a taxa de sobrevivência em 80% e Mattoso, 1982, p. 100 para o laço “malembo”.

humilde, obediente e fiel. Se desenvolvesse estas qualidades e um mínimo da língua portuguesa falada estava “adaptado” e a relação com seu senhor seria de afeto e mútuo respeito. De seu lado, a tentativa de conseguir a liberdade e do lado senhorial, a certeza de um bom trabalhador. “Em geral, como ficou visto, os senhores souberam oferecer a seus escravos um mundo tranquilizador”⁸⁷.

Caso caísse em uma fazenda do Nordeste, é bem possível que seu senhor não optasse pela violência para controlá-lo, mas sim agisse de acordo com um patriarcalismo, uma tentativa de educação. Afinal, para o senhor, este negro vindo da África tinha tudo para aprender. O chicote e o tronco são quase que exclusivos para os inadaptados que não encontraram laços de afetividade nem com senhores nem com outros escravizados⁸⁸. Se for para algum sertão ou para as minas, as relações entre senhor e escravizado tendiam a ser ainda mais próximas, dado que muitas vezes trabalhavam juntos, lado a lado⁸⁹. Nas minas, a possibilidade de alforria estava sempre presente na possibilidade de achar um grande diamante e o convívio era ditado pela possibilidade do escravizado denunciar seu senhor ao Estado caso este não pagasse os devidos impostos ao esconder pedras achadas. Já nas cidades o escravizado tendia a ganhar alguma função mais especializada, doméstica ou de pequenos reparos. No último caso, podia até se tornar um *negro de ganho* que circulava “livremente” pelas ruas oferecendo seus serviços. Do que ganhasse, era obrigado a devolver boa parte para seu dono, mas conseguia juntar algum dinheiro. Nas próprias fazendas, se próximas de cidades ou vilarejos, era possível que os escravizados possuíssem alguma horta e a cultivassem nos numerosos feriados da época e descansos dominicais, somando 30% dos dias do ano, em cálculo de Maurício Goulart.

Muitos escravizados comiam melhor que a população brasileira pobre do século XX: “farinha de mandioca, carne seca, caça, frutas locais (banana, laranja, limão e mamão) e melaço”, se morassem perto da costa ainda poderia pescar peixes e crustáceos e, perto das cidades, poderiam gastar o dinheiro que ganharam

⁸⁷ Mattoso, 1982, p. 168.

⁸⁸ Mattoso, 1982, p. 103 para substituição da violência e p. 117 para chicote exclusivo de inadaptados.

⁸⁹ Este tipo de trabalho não acabava com a violência das relações escravizado-senhor nas charquearias, segundo Cardoso, 1962, cap. 3.

com “pratos prontos, de cheiro apetitoso e preço convidativo”, feitos por escravizados ou brancos livres e vendidos nas praças, além das suas próprias comidas cultivadas nos dias de descanso⁹⁰.

A autora relativiza que os escravizados trabalhassem em excesso, embora não negue que trabalhassem muito. Com isso, quer dizer que “O excesso de trabalho não explica (...) a grande mortalidade entre os escravos”⁹¹, ou sua expectativa de vida de 7 anos. Trabalhar muito significa 15 a 17 horas diárias⁹². Mas isso não era excessivo à sobrevivência porque havia várias pausas em que as crianças trazem água e comidas, e os já citados dias “livres”. A grande causa da mortalidade, que também acometia os brancos, eram as doenças da época. Obviamente, os escravizados estavam muito mais suscetíveis a elas porque trabalhavam com pouca ou nenhuma roupa em climas úmidos ou temperados, dormiam em instalações péssimas e possuíam higiene precária, trocando de roupa apenas uma vez por semana se tanto, por exemplo. O outro motivo era de cunho biológico:

Além disso, a taxa de mortalidade de negros era superior à de brancos e mestiços, porque biologicamente os brancos beneficiam-se de uma seleção multi-secular. Brancos e mestiços criaram defesas e resistem melhor que os negros a certas infecções.⁹³

2.3 O fim do binômio paternalismo-violência: a visão de Silvia Lara

Silvia Hunold Lara, logo no começo de seu livro “Campos de violência”, define suas fontes com especial atenção a uma: “que nos permite uma aproximação da fala escrava, ainda que filtrada pela pena do escrivão: são os processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos”.⁹⁴ Também no início define sua problemática: o binômio paternalismo-violência que opõe uma visão branda contra uma defesa passional do abolicionismo não serve para estudar a escravidão. Se por

⁹⁰ Mattoso, 1982, p. 118-119.

⁹¹ Mattoso, 1982, p. 119.

⁹² Mattoso, 1982, p. 119. Ou pouco menos de 12h em Mattoso. 1982, p. 134.

⁹³ Mattoso, 1982, p. 121.

⁹⁴ Lara, 1988, p.24

um lado, como defende mais adiante, “(...) sem dúvida alguma, era o castigo – a violência física ministrada pelo senhor – que garantia a continuidade da relação de produção, (...)”⁹⁵, o outro lado, de apenas focalizar e evidenciar a violência, mesmo que contra uma tese de democracia racial, tira a humanidade do escravizado⁹⁶. Sinteticamente, a autora tem por objetivo analisar o que legitimava a escravidão, o que fazia as pessoas a aceitarem como “natural” durante três séculos.

A época colonial se caracterizou por um duplo domínio, cada um em seu plano. No geral, domínio da metrópole sobre a colônia e no particular, do senhor sobre o escravizado. Claramente, a escravidão era interesse da metrópole que não a rejeitava, mas a maioria de sua legislação se dava sobre o tráfico. Uma das principais justificativas utilizadas para legitimar a prática escravista era a religião, que de algum modo estaria salvando negros infiéis e levando-os ao céu. Mas este pensamento leva a um problema básico: “Uma vez cristão, porque continuaria o converso escravo?”, daí que a autora defende que a religião é uma legitimação da *escravização*, não da *escravidão*. Ainda segundo ela:

Além disso, a catequese e a conversão eram justificativas apenas do ponto de vista do escravizador ou do senhor. Nunca do ponto de vista do escravo. Para este último, nada parecia “justificar” seu apresamento e escravização. A catequese, o proselitismo, se conseguia “desculpar” as consciências senhoriais, não prendia o escravo a sua condição. Não o fazia trabalhar.⁹⁷

Portanto, a religião não servia como justificativa porque, se muito, atuava apenas sobre um polo, o dos senhores. Deste modo, não entrava na relação de produção em si, era externa a produção. Silvia Lara busca, então, uma “ideologia do escravismo”⁹⁸, algo que a justifique tanto pelo lado dos dominados quanto do lado dos dominadores que, obviamente, não precisa ser moral ou ética.

⁹⁵ Lara, 1988, p. 56.

⁹⁶ Lara, 1988, p. 20.

⁹⁷ Lara, 1988, p. 42.

⁹⁸ Há uma breve e densa discussão sobre o conceito de ideologia utilizado. Esta discussão é essencial para o entendimento do livro como um todo. Para a autora, ideologia não é a *superestrutura* como ilusão ou miragem da *infraestrutura* onde se dá a dominação real pela classe dominante e que é imposta por esta. A existência dos homens e mulheres não se resume apenas ao trabalho que leva a própria reprodução das relações de produção, mas também contempla a própria interpretação que cada agente faz deste processo. A explicação da autora possui um ótimo poder explicativo, o que justifica sua entrada aqui, mesmo sendo um pouco mais longa que o usual para uma citação: “Ou seja: não há como separar ideologia de dominação, exploração, luta de classes. As diferentes classes

À procura deste elemento legitimador das relações de produção enquanto materiais e ideais, Sílvia Lara parte para autores do início do século XVIII⁹⁹. Neles, encontra o castigo como elemento fundamental, mas não explicitamente como justificativa para senhores e escravizados manterem as relações de produção. A relação entre senhores e escravizados pressupõe obrigações dos dois lados, sendo que a dos escravizados pode ser resumida a trabalho e obediência. Já em relação aos senhores, ambos escrevem muitas páginas sobre a moderação que um senhor deve ter quanto ao castigo. Antonil parte das obrigações representadas pelos três “Ps”: pau, pão e pano¹⁰⁰, nesta ordem hierarquizada. Os dois últimos devem ser os mínimos para a sobrevivência, enquanto o primeiro seja palco de debates quanto a sua intensidade, duração e momento. Ambos setecentistas advogam por uma moderação para além da óbvia necessidade de não se matar o escravizado e travar o processo produtivo. Há, inclusive, um certo senso humanitário, limitado por questões de época e classe, uma tentativa de abrandar a crueldade do castigo o quanto fosse possível. Mas nunca uma defesa de que não deve haver castigo. A atuação do senhor quanto ao escravizado devia se basear na tríade: “Muito trabalho, alimento suficiente para sobrevivência e castigo medido”¹⁰¹. Assim, a relação de produção deveria ser baseada em disciplina, violência e trabalho compulsório, porque este castigo não só domina o escravizado abstratamente, assegura a produção e o controla e disciplina.

sociais representam para si mesmas o seu modo de existência, tal como ele lhes aparece, de tal modo que as ideias dominantes numa sociedade, numa época determinada, não são todas as ideias existentes nessa sociedade. Há um processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias *dominantes* em uma dada sociedade, aparecendo como ideias universais, comuns e verdadeiras de e para todos os membros desta sociedade. Assim, as representações desta classe dominante de representações e noções, sistema que elas acabam reiterando e reproduzindo ao nível de ação e pensamento. Dizemos “prisoneiras”, e não que sejam constituídas exclusivamente por aquelas representações dominantes. Isto significa não só que há noções admitidas como “naturais”, “inquestionáveis”, que ‘sempre foram assim’, por todos os membros da sociedade e, portanto, presente nos dois pólos das relações de produção; como também que diferenças de discursos, ou de leituras, se produzem nos embates cotidianos e perpassam a sociedade em todos os seus níveis.”. Lara, 1988, p. 44.

⁹⁹ Principalmente André João Antonil: “Cultura e Opulência no Brasil” (1711) e Jorge Benci: “Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos” (1705)

¹⁰⁰ À parte a estranheza, talvez anacrônica, do “pau” ser uma obrigação e não um direito do senhor, esta divisão de deveres é bem antiga e pode ser encontrada no Eclesiastes. Gorender, 1992b, p. 55-56.

¹⁰¹ Lara, 1988, p. 56. Esta tríade também se encontra em Aristóteles (aqui não se entrará na discussão sobre a real autoria deste livro que criou o nome *economia*. Aristóteles ou um aluno seu, o importante é que o livro é aristotélico e foi escrito há mais de dois mil anos): “We may apportion to our slaves work, chastisement, and food” (devemos proporcionar para nossos escravos trabalho, castigos e comida, em tradução livre). Aristotle, 1970, p. 335

Fica claro, então, que o “elemento unificador” desta sociedade era o castigo, porque aceito (de novo, não no sentido moral) tanto por senhores como por escravizados da justificativa do trabalho compulsório dos últimos. E por isso, é na pesquisa do castigo que Sílvia Lara continua sua exposição. Castigos incontestados ou exemplares que garantiam e promoviam a reprodução das relações de produção da colônia.

O castigo incontestado era aquele considerado justo tanto por senhores quanto por escravizados. Sílvia Lara dá um exemplo bastante elucidativo de seu ponto de vista: em 1799, três escravas, Clara, Luísa e sua filha Francisca apresentam a um juiz, através de um licenciado, um pedido de que seu novo senhor as vendesse ou cobrasse um preço barato por suas alforrias, chamado de Libelo Cível de Sevícias. Isto se dera porque o antigo dono, Manoel Furtado de Mendonça, falecera e, por herança, elas foram destinadas a um novo senhor que, segundo consta no documento, possuía práticas sádicas. Neste mesmo documento, escrito pelo Licenciado Antônio Coutinho de Mello, as escravas não questionaram os castigos recebidos pelo antigo senhor, pois “nunca conheceram outro castigo que não fosse o que se costuma dar a um filho livre para [trecho ilegível] educação”. Ou seja, para Lara, as escravas não questionavam o castigo em si, mas sim a intensidade. Até viam a possibilidade educativa e agradeciam ao seu antigo senhor de forma afetuosa por seus castigos¹⁰².

Já o castigo exemplar se dava de forma diferente. Não é o intuito do trabalho descrever as diversas formas de tortura que existiam, basta enunciar que o castigo exemplar era o que deixava marcas no corpo do escravizado. Muitas vezes na orelha outras no tronco, nas nádegas ou nos dedos. De qualquer modo, eles serviam para aterrorizar os outros escravizados que viam os castigados e marcados transitarem pelo engenho ou pelas ruas. O medo do castigo se tornava mais importante do que a própria frequência do castigo. Richard Sutch chega a sugerir que o castigo físico poderia ser visto como uma falha no sistema¹⁰³. Outro tipo de castigo exemplar era a “surra inicial”, prática comum de açoitar os escravizados

¹⁰² Lara, 1988, p. 69-70.

¹⁰³ Lara, 1988, p. 88.

recém-chegados aos engenhos para que eles reconhecessem o senhor como competente para dominá-los.

Este reconhecimento da culpa por parte dos escravizados, que legitimaria ou, ao menos não os fariam contestar os castigos adicionava um tom de educador aos senhores, um tom paterno. É pela figura de um pai que os senhores devem comandar os escravizados, segundo Antonil. Provendo os itens básicos a sua sobrevivência de maneira cuidadosa, o castigo se tornaria justo tanto na visão dos escravizados quanto dos senhores. De um certo modo, a figura do pai bondoso deveria preceder a do senhor poderoso. Silvia Lara desmistifica esse predomínio do pai-bondoso e senhor-castigador porque eles eram imbricados, baseada na citação abaixo, de Manoel Ribeiro Rocha:

Quando repreenderem e castigarem estes cativos seja sim o suplício condigno e proporcionado, porém as palavras sejam sempre amorosas; e, pelo contrário, quando fizerem algum bem ou benefício, usem então palavras mais dominantes para que deste modo, sempre o amor, o poder e o respeito reciprocamente se temperem(...)¹⁰⁴

E exatamente por conta das diferentes visões que havia de cada ator social que guiavam suas ações, a escravidão tem que ser vista como relacionamento social, não como instituição. Se pela ótica senhorial havia uma certa pedagogia em relação ao castigo, a autora vai buscar a visão do escravizado a respeito desta relação para que não se privilegie apenas uma visão, a senhorial.

2.4 “Como era bom ser escravo no Brasil”: a visão crítica de Gorender.

Esta parte do trabalho tem por objetivo apresentar a crítica geral de Gorender no livro “A Escravidão Reabilitada” para depois, na parte 2.5, apresentar algumas das numerosas críticas individuais com suas devidas réplicas e tréplicas. Gorender

¹⁰⁴ Lara, 1988, p. 117.

vê, a partir da década de 1980, uma “historiografia das reabilitações”¹⁰⁵ dentro da qual a escravidão estaria inserida. No Brasil, essa historiografia das reabilitações veio em resposta aos trabalhos da famosa escola paulista que refutaram o paternalismo de Gilberto Freyre¹⁰⁶ partindo de uma visão de escravizado coisificado, notadamente Fernando Henrique Cardoso. A resposta da nova historiografia ataca massivamente a escola paulista justamente neste ponto da *coisificação*, possivelmente a parte mais frágil de todo o argumento. Assim, “[a] palavra coisificação (...) se tornou um palavrão, um nome feio, que não pode ser usado senão entre aspas depreciativas”¹⁰⁷. Porém, se esta nova historiografia tentou acabar com este de conceito de coisificação para ressaltar a subjetividade do escravizado

Não o fez para destacar as reações anti-sistêmicas, como os levantes, quilombos, atentados e fugas. Ao contrário, subiram ao primeiro plano as estratégias (sic) cotidianas e suaves de *acomodação* do escravo ao sistema escravocrata. Recuperou-se a subjetividade do escravo para fazê-lo agente *voluntário* da reconciliação com a escravidão.¹⁰⁸

Os problemas deste tipo de negação da coisificação são diversos. Por um lado, ao se negar a escravidão como resultado da violência, a explicação passa a ser patriarcalista, ao se negar a coisificação social do escravizado se nega a própria escravidão. Por outro lado, a narrativa estática do cotidiano dos escravizados coloca todos os fenômenos sociais no mesmo plano. O que importa para a historiografia do cotidiano é a mudança¹⁰⁹. Um terceiro lado é a supervalorização dos episódios em que os escravizados recorreram às leis, afinal o número de casos em que isso aconteceu foi ínfimo e os sucessos só ganharam força a partir de 1860, no fim da escravidão. Além disso, não se pode extrair a visão do escravizado a partir de um

¹⁰⁵ Gorender, 1992, p.245-247. Segundo Gorender, nas páginas mencionadas, os temas reabilitados no mundo ocidental pós 80 eram diversos. Seguem alguns exemplos: a Inquisição não teria sido nada demais, afinal só condenava a morte 2 a 3 pessoas por ano; o nazismo foi a única solução contra o bolchevismo, o que justifica os campos de concentração; A revolução de Outubro apenas atrapalhou o desenvolvimento da Rússia, se não tivesse ocorrido a Rússia seria muito mais próspera hoje. Por mais que alguns destes exemplos pareçam esdrúxulos hoje, eles são fruto de seu tempo, assim como nos dias de hoje há uma discussão não acadêmica sobre o nazismo ser de direita ou esquerda.

¹⁰⁶ Gorender, 1990, p. 14.

¹⁰⁷ Gorender, 1992, p. 250.

¹⁰⁸ Gorender, 1990, p. 20.

¹⁰⁹ Gorender, 1992, p. 261.

juízo¹¹⁰ por dois motivos. O primeiro se dá com o fato de que, em sua maioria, os escravizados eram analfabetos, então os documentos que chegaram até nós foram escritos por brancos livres, que os escreveram a partir de sua ideologia. O segundo é o fato de que, por se tratar de um tribunal em uma sociedade escravista, nenhum escravizado poderia afirmar que era contra a escravidão para ter seu pedido aceito, afinal a escravidão era a lei.

Para cumprir seus objetivos, segundo Gorender, esta nova historiografia utilizou diversos métodos que são sumarizados no final do livro. Ao invés de uma provavelmente pobre e simples paráfrase de cada um, é melhor lista-los exatamente como escritos.

Juntando os pedaços às vezes díspares e sem aparente conexão, obtém-se a 'nova face da escravidão brasileira' com os seguintes traços esquematizados:

- a) responsabilidade dos africanos – e não do sistema escravista colonial – pela composição sexual da população escrava negativa para a auto-reprodução;
- b) frequência relevante de famílias escravas estáveis;
- c) escravo com direitos protetores registrados em lei e respeitados pelo aparelho judiciário, dispondo de espaço social e legal para 'negociar' com o senhor;
- d) escravidão como contrato que recebe o consenso de ambas as partes, do senhor e do escravo;
- e) hegemonia dos senhores através de lei eqüitativa e de incentivos diversificados que fazem funcionar o sistema escravista com a minimização da violência;
- f) escravo-camponês, escravo-assalariado, escravo indiferente do operário do regime capitalista;
- g) escravo como sujeito autônomo que resiste para se acomodar à escravidão
- h) o regime escravista como pacto social, coexistência pacífica e acordo sistêmico entre senhores e escravos;
- i) escravidão sem preconceitos e discriminações racistas;
- j) abolição lenta, gradual e segura, planejada e conduzida pelos estadistas escravocratas e pela classe dominante escravista interessada no trabalho livre;
- l) o movimento abolicionista depreciado pelo racismo e pelo objetivo de reprimir as ações autônomas dos escravos rebelados.¹¹¹

Mais importante do que fazer uma correspondência de qual autor comete qual tipo de reabilitação da escravidão, é o debate entre eles, tema da próxima parte.

¹¹⁰ Fonte bastante explorada por Chalhoub e Lara.

¹¹¹ Gorender, 1990, pg. 205-206.

2.5 Debate público?

No seu artigo da Folha de São Paulo¹¹², Sidney Chalhoub afirma, depreciativamente, que Gorender “põe etiquetas” nos historiadores e cita uma longa lista de adjetivos usados no livro “A escravidão reabilitada”. Apesar do julgamento pejorativo do trabalho de Gorender, Chalhoub possui razão ao mencionar a prolífica crítica feita no livro. Silvia Lara, outra participante do debate, também ressalta esse traço ao mencionar que a única qualidade provável do livro é seu tamanho e sua extensão¹¹³ sobre a análise historiográfica da escravidão. Talvez a melhor forma de entrar no debate seja pelos seus momentos mais simples e, através de um *crescendo*, chegar ao clímax intelectual deste debate, uma conferência da UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) que reuniu Gorender e Lara apenas um ano depois dos artigos da Folha de São Paulo.

A acusação mais fácil de se verificar contra Gorender foi feita por Silvia Lara: “Esta fragilidade [da obra de Gorender] resulta, em geral, do fato de que Gorender abandona os registros intelectuais e os procedimentos básicos que caracterizam o trabalho do historiador na construção de seu texto”¹¹⁴. Com isso, a historiadora quer dizer que Gorender não sabe utilizar as fontes, confundindo propositalmente autor com citação, o que Chalhoub chama de ventriloquismo:

[Gorender] fundamenta seus procedimentos de crítica historiográfica no truque e na pilhagem. A ventriloquia está no centro do método crítico de Gorender, trata-se da arte de fingir que é um outro sujeito que fala, quando na realidade é ele mesmo quem está falando.¹¹⁵

Este ventriloquismo permearia toda a obra de Gorender, mas por falta de “tempo e paciência”, Silvia Lara cita só um exemplo. Chalhoub também cita só um exemplo em que Gorender chegaria ao cúmulo de ser ventríloquo de si mesmo. Os

¹¹² Ver anexo.

¹¹³ Lara, 1992, p. 220.

¹¹⁴ Lara, 1992, p. 223.

¹¹⁵ Chalhoub, 1990.

dois exemplos não se sustentam a leitura dos trechos aludidos e, portanto, não depõe contra o método de Gorender¹¹⁶.

Rafael Marquese, em recente artigo, defende que após os anos 80 uma nova historiografia abandonou o conceito de capitalismo¹¹⁷ e isso se reflete tanto nos trabalhos de Silva Lara, que deixou de lado toda a motivação de Thompson de entender o problema da formação do capitalismo, quanto nos de Chalhoub, que não explica as motivações do tráfico interno em seu livro “Visões da Liberdade”. Com isso, estes trabalhos estariam num “vácuo histórico”¹¹⁸. O texto de Gorender está na linha crítica de Marquese, criticando principalmente o pouco foco dado ao trabalho do escravizado, que é o motivo desta categoria social ter existido. Caso anedótico deste pouco caso com o trabalho em si pode ser visto em texto de Stuart Schwartz, “Segredos internos”, que vê um tipo de concessão especial aos trabalhadores das caldeiras no engenho porque não havia castigos ali dentro¹¹⁹, um tipo de incentivo. Ou seja, por trabalharem em áreas críticas para a produção, os escravizados das caldeiras ganhavam um tipo de tratamento mais humanizado para que não sabotassem a produção, e a prova disto seria o fato de que não havia castigos dentro das fábricas de processamento da cana. Porém, isto é um completo absurdo porque as caldeiras eram lugar quentíssimo (talvez o próprio castigo fosse trabalhar lá) e apertado, qualquer um que tentasse chicotear um escravizado lá dentro acabaria se queimando. É puramente lógico supor que os escravizados desta produção fossem castigados fora da fábrica, apenas.

¹¹⁶ Silva Lara, 1992, p. 223. Chalhoub, 1990. A chamada *guerra de citações* é uma das práticas mais monótonas do meio acadêmico (principalmente no marxismo), por isso as explicações destas duas citações vem apenas em nota. Primeiro, Silvia Lara que diz, na mencionada pg. 223, que Gorender confunde a visão de um viajante inglês com a opinião de João Reis em seu trabalho “Rebelião escrava no Brasil”. O trecho em questão está na página 201 ao falar sobre escravizados: “[P]arece que não lhes convinha trocar a escravidão pura pela escravidão assalariada”. Este trecho está em um capítulo sobre o trabalho dos escravizados em Salvador no começo do século XIX e o começo do parágrafo menciona o que um viajante inglês encontrou. Pois bem, Silvia Lara parte daí para dizer que todo o parágrafo remete a visão do viajante inglês, o que é no mínimo dúbio porque as outras partes do parágrafo são as próprias conclusões do capítulo que podem ser vistas nas páginas 202 e 215. Já Chalhoub usa trecho do próprio livro “O Escravismo Colonial” de Gorender para mostrar como este muda de opinião até quanto às suas próprias ideias, mas neste caso a explicação aqui não se faz necessária, basta ler a própria resposta de Gorender. De qualquer modo, reitera-se que não é um trecho talvez mal colocado ou sua interpretação que desautoriza a obra inteira, é necessário ver a construção do argumento central do livro como um todo.

¹¹⁷ Marquese, 2013, p. 229.

¹¹⁸ Marquese, 2013, p. 332.

¹¹⁹ Gorender, 1990, p. 118-119.

Este binômio resistência-acomodação¹²⁰, aliás, é um dos grande problemas que Gorender vê nesta nova historiografia. Silva Lara chega a dizer “[Os escravos] lutaram de diversas formas e conquistaram – porque não usar a palavra? - certos ‘direitos’”¹²¹. O problema de se utilizar a palavra “direitos” é que essas concessões, quando existiram, sempre foram fugazes e transitória, tema que é bem abordado no livro de Chalhoub “Visões da Liberdade”, principalmente o capítulo 2.

Voltando ao tema de “vácuo histórico”, é possível ver como o fim da escravidão para Chalhoub teria acontecido apenas pelas ações cotidianas dos escravizados¹²² no livro “Visões da Liberdade” ou pelo medo dos senhores em artigo de 1988:

O medo, este móvel amargo e inconfessável dos sujeitos históricos, pode ser tão elucidativo de alguns momentos, ou até de longos períodos históricos, quanto o estudo da acumulação de capital, ou a análise das mudanças nos processos de produção, ou os monótonos debates dentro do âmbito do conceito de produção.¹²³

Além do medo óbvio de rebeliões, os senhores teriam mais medo ainda após a revolução haitiana, sendo que São Domingos teria se transformado em capital anti-escravidão. Gorender é contrário a esta tese do simples medo de revoltas porque os romanos também o sentiam e não foi por isso que acabou-se a escravidão antiga.¹²⁴ Quanto ao Haiti, o suposto medo crescente não fez o tráfico de escravizados diminuir, pelo contrário¹²⁵.

Possivelmente, a maior motivação teórica do livro “A escravidão reabilitada” de Gorender tenha sido o trabalho de Kátia Mattoso. A historiadora baiana é citada em metade dos capítulos dos livros, sendo que fica de fora apenas dos capítulos introdutório, conclusivo e sobre marxismo. O livro “Ser escravo no Brasil” foi lançado como divulgação na França antes de chegar ao Brasil, e isso talvez explique a quase completa ausência de citações ao longo do livro. Como mostrado na seção

¹²⁰ Gorender, 1990, p. 20.

¹²¹ Lara, 1992, p. 222.

¹²² Marquese, 2013, p. 235.

¹²³ Chalhoub, 1988, p. 103

¹²⁴ Gorender, 1990, p. 38-39.

¹²⁵ Gorender, 1990, p. 130-132.

2.2, há diversas informações dúbias e conflitantes com os trabalhos acadêmicos sobre escravidão. Outro problema é o foco restrito em Salvador da segunda metade do século XIX. De qualquer modo, o principal problema deste trabalho, segundo Gorender, é sua reabilitação da escravidão. A intolerância com o negro teria vindo apenas após a abolição, com a entrada do negro no mercado de trabalho livre, de modo que a escravidão teria sido acolhedora para os escravizados, ao contrário da liberdade pós 1888¹²⁶. Não há muito o que completar em relação a este ponto, a própria seção 2.2 traz diversas citações do livro que mostram uma escravidão benevolente aos escravizados em um mundo doce, terno e completamente irreal.

Para combater Gilberto Freyre e Kátia Mattoso é que Gorender ressalta o papel violento da escravidão, a reabilitação seria a negação desta violência e é aqui que entra o trabalho de Silvia Lara. Ao analisar a historiografia dos anos 70, na qual se encaixa Gorender, Silvia Lara não vê grandes contribuições. Estas viriam só após os anos 1980, em um “revigoramento da pesquisa historiográfica”¹²⁷. Seu trabalho não se baseia em negar a violência da escravidão, mas sim mudar o foco das investigações porque “adjetivar a escravidão como violenta, acentuando sobretudo uma ideia de violência absolutamente abstrata, é um procedimento incapaz de diferenciar a escravidão do mundo de hoje”, ou de diferenciar qualquer tipo de dominação ao longo da história¹²⁸. Para Gorender, isso é simplesmente um sofisma que serve para reabilitar a escravidão dando-a um ar de contratualidade ou consenso. Afinal, ressaltar o papel da violência escravista não nega que a sociedade de hoje seja violenta¹²⁹. A principal crítica de Silvia Lara em relação a Gorender, como já foi dito, reside no fato de que ela considera que Gorender explorou poucas fontes para suas conclusões. Já Gorender considera que Lara só explorou fontes, mas não fez nenhuma relação entre elas e o mundo de sua época:

Amontoar documentos e fatos e simplesmente citá-los e descrevê-los ainda não é fazer ciência historiográfica. É necessário todo um trabalho de conexão, de interpretação, de verificação da validade

¹²⁶ Gorender, 1990, p. 22.

¹²⁷ Lara, 1992, pg,216-217.

¹²⁸ Lara, 1992, pg, 236.

¹²⁹ Gorender, 1990, p. 22.

interna e externa da fonte, o que a professora Silvia Lara não fez no seu livro *Campos da Violência*.¹³⁰

A outra parte da divergência levantada por Silvia Lara se dá em relação ao tom do livro de Gorender, que é uma linguagem militante¹³¹. Este ponto é central para se entender o debate, que na realidade se torna um não debate. Como Silvia Lara diz “o debate nunca chega a ocorrer”¹³². Esta percepção de Lara evidencia as dificuldades, talvez até impossibilidade, do debate entre Gorender e esta nova historiografia.

Para que um debate ocorra, é plausível presumir que os participantes concordem em pelo menos uma das seguintes características: método, objetivo ou recorte temporal e espacial. Caso concordem em relação ao método, o debate se dará em torno de quem o utilizou corretamente, o que é bastante comum dentro do marxismo. Caso concordem em relação ao objetivo a ser alcançado, os participantes discutirão o método para que se alcance tal objetivo ou o recorte que permite percebê-lo. Um exemplo descompromissado seria a tentativa de dar voz aos escravizados, será que seria melhor ler registros de cartório ou analisar imagens do século XIX? Por fim, caso os participantes possuam o mesmo recorte temporal e espacial, debaterão como entender as relações ali presentes e seus possíveis resultados, um exemplo são as análises de conjuntura em relação ao Brasil no ano seguinte. No caso do debate analisado pelo trabalho não há concordância a respeito de nenhuma das três características. O clímax da controvérsia, que seriam as falas de Gorender e Silvia Lara na mesma conferência dois anos após o lançamento de *escravidão reabilitada* e apenas um ano após a controvérsia pública na Folha é, na verdade, um anticlímax. O debate não aconteceu efetivamente porque não teria como acontecer¹³³.

¹³⁰ Gorender, 1992, p. 266.

¹³¹ Lara, 1992, p. 240.

¹³² Apesar de não ser por um suposto “vício da crítica”. Lara, 1992, p. 217.

¹³³ Os motivos que impossibilitam o debate de acontecer não serão explorados neste trabalho, mas um dos principais é a trajetória acadêmica dos autores. Enquanto Gorender formulou seu livro no DOPS e passou boa parte da vida no PCB, Chalhoub e Lara tiveram trajetórias acadêmicas mais ligadas às universidades. Para uma leitura de como esse debate foi influenciado por essas trajetórias, ver Quadros, 2011.

O objetivo de Gorender é bastante claro: “convicção de que a verdade histórica é revolucionária, mesmo quando – o que tantas vezes sucede – é amarga”¹³⁴. Já o objetivo desta nova historiografia pós anos 80 está mais ligado a tentativa de entender como os escravizados pensavam, quais eram suas relações internas e com outras categorias sociais, e por isso o trabalho de Kátia Mattoso é seminal. O método de Gorender também é claro, o que se convencionou chamar de materialismo histórico ortodoxo. Já o método do outro lado varia mais conforme o autor ou autora, indo de arquivos a análise de imagens da época. Por fim, o recorte espacial e temporal é completamente diferente, enquanto Gorender considera um período de três séculos e meio, os historiadores pós-80 consideram pequenos pedaços temporais e territoriais. Quando diz que Gorender usa termos militantes em suas falas, Silvia Lara demonstra que o debate de Gorender está em outra esfera¹³⁵.

É claro que esta impossibilidade de um debate que leve a uma nova ideia não impede que os participantes apontem os erros dos outros, foi o que mais aconteceu inclusive. Abaixo seguem os que este trabalho considera pertinentes:

Da parte de Gorender, seria importante classificar como cada trabalho criticado por ele conduz à reabilitação da escravidão. O impacto do trabalho de Kátia Mattoso na construção de uma memória terna da relação escravizado-senhor é muito maior do que o de Silvia Lara. Além disso, falta ao livro “Escravidão Colonial”, possivelmente por falta de material escrito à época de seu lançamento, um maior

¹³⁴ Gorender, 1992, p. 206.

¹³⁵ Um ótimo exemplo é o artigo “Desventuras da Marxologia” de Nelson Werneck Sodré, crítica frontal ao livro “O Escravidão colonial” de Gorender. Este debate não é o foco deste trabalho, mas   útil para entender a diferença do debate Gorender-Sodré com o debate Gorender-Lara. O objetivo de Sodré é mostrar como Gorender não segue o método proposto por Marx, na sua visão, claro. Para tanto, tenta refutar as leis descritas no trabalho por dentro dele, tenta mostrar como as categorias selecionadas e suas rela es (dial ticas) não conformam leis marxistas, apenas obviedades ou inverdades. Por exemplo, a desacumula o resultante da segunda lei (inversão inicial): “Explicar o atraso brasileiro, em confronto com o desenvolvimento norte-americano, por um ‘efeito desacumulativo’ ligado à aquisi o de escravos é, simplesmente, tornar difícil o que   fácil. Trata-se, na verdade, de simples fluxos da renda para o exterior, de acumula o no exterior, peculiar às economias coloniais, uma de suas características, precisamente a fundamental, coisa que o g nio de Gorender jamais percebeu” Sodré, 1979, p. 167. Por outro lado, uma semelhança com o debate Gorender-Chalhoub é a grosseria: “Nada fazia presumir, entretanto, que a marxologia brasileira tivesse atingido o nível em que seria possível aparecer um novo Marx”, “Ele almeja, no fundo, dividir os estudos históricos no Brasil, em duas épocas: antes de Gorender e depois de Gorender” (curiosamente, crítica feita até antes do lançamento de “A escravidão reabilitada” Sodré, 1979, p. 162, 171. E, por fim, “Sua audácia nessas generaliza es não tem limites. Nem poderia haver limites   audácia de quem inventou um novo Modo de Produ o.” Sodré, 1979, p. 171.

olhar sobre a origem dos escravizados, sua vida na África e como ela impactou, ou não, a construção do escravismo colonial¹³⁶.

Da parte de Kátia Mattoso, os erros são metodológicos, de apresentação e de conclusão. Ao não citar as fontes de suas informações, a autora se contradiz em algumas partes do livro, além de não permitir que um leitor curioso busque informações que contradizem o que já está estabelecido academicamente. As conclusões são uma tentativa de criar uma memória de paz social no período da escravidão que não existiu, basta ver os absurdos das citações da seção 2.2.

Da parte da escola da UNICAMP, Chalhoub e Silvia Lara, um dos problemas é considerar os autos criminais como representativos das opiniões dos escravizados, ainda que ambos escrevam que têm ciência do filtro da pena do escravidão. Possivelmente, o principal problema está na falta de conexão das descobertas destes arquivos com a sociedade que estava em volta dos escravizados¹³⁷.

De modo geral, a mudança da historiografia da escravidão brasileira nos anos 80 é feita a partir de críticas a pontos secundários. Apesar de equivocada, a concepção de escravo-coisa em Fernando Henrique Cardoso é só um ponto acessório para a conclusão de que não existiu uma democracia rural. A falha tentativa de alinhar Gorender a esta linha de pensamento não invalidaria sua tese principal de que o escravismo colonial era um modo de produção específico. Estas críticas servem para afirmar, politicamente, um novo campo de estudos.

¹³⁶ Como comparação, o livro possui 17 páginas sobre a sociedade portuguesa feudal e apenas 2 sobre a origem africana dos escravizados.

¹³⁷ A recente percepção desta falha por Chalhoub em seu livro “A força da escravidão” de 2012 sugere a Marquese que esta nova historiografia está em crise, mas a visão deste trabalho vê um movimento de deslocamento do espaço de estudo do Brasil para a África, como nos recentes livros “Ferreiros em Fundidores da Ilamba”, Alfagali, 2018, orientanda de Silvia Lara e lançado em Angola, e Dicionário da Escravidão, Schwarcz e Gomes, 2018.

CONCLUSÃO

A principal conclusão do trabalho é a de que os trabalhos de Silvia Lara e Kátia Mattoso, apesar de cometerem os equívocos apontados por Gorender, estão em outro campo de discussão com diferentes metodologias e objetivos. Neste sentido, as falhas apontadas por Gorender são menores em relação ao que alcançam para este novo campo da historiografia que se firma nos anos 1980, deixando Gorender para trás¹³⁸. Kátia Mattoso possui diversos problemas de apresentação e metodologia em seu livro, mas traz à tona um debate de relações entre escravizados que se torna seminal para esta nova historiografia. Já Silvia Lara desloca a questão da violência ou não da escravidão para se aprofundar ainda mais nas relações internas de pequenas comunidades. Como observam Marquese e Gorender, esse foco tira de cena o entendimento amplo da sociedade escravista como um todo e seus determinantes gerais, mas talvez esta nova historiografia nem se importe tanto com isso, desde que a visão dos escravizados seja retratada da maneira mais fiel possível.

Quanto às críticas feitas por Chalhoub e Lara a Gorender, elas são infundadas e partem da necessidade política de afirmar seu novo campo historiográfico na década de 1980. Para isso, os autores da UNICAMP categorizam Gorender e alguns antecessores que tentaram entender a escravidão estruturalmente, com especial atenção à Fernando Henrique Cardoso, como defensores da teoria de escravo-coisa. Ou seja, autores que não veem os escravizados como seres humanos, justamente a característica que a nova historiografia tenta desenvolver.

O livro *Escravidão Reabilitada* é uma tentativa hercúlea de demonstrar que esta passagem da historiografia dos anos 70 para os 80, de perspectivas globais e totalizantes para narrativas localizadas, é um grande erro acadêmico e político. De acordo com a perspectiva anterior aos anos 70, o livro demonstra claramente seu ponto, mas de acordo com a perspectiva pós anos 80 ele perde sentido. Isso porque não só as respostas mudaram nesta passagem, mas as próprias questões.

¹³⁸ Não superando-o, mas negando-o.

É por conta da própria mudança das questões nesta mudança historiográfica que o debate fica truncado, não acontece efetivamente, quase que se limita a grosserias, como aconteceu nas páginas da Folha de S. Paulo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALFAGALI, Crislayne. **Ferreiros e fundidores de Ilamba**. 1ª ed. Luanda. Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2018. 472p.

CORDOVANO, Carlos. **Interpretações da Colônia** leitura do debate brasileiro de inspiração marxista. Dissertação de mestrado IE-UNICAMP. Campinas, 2004. 173p.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. 351 p., il. ISBN 9788535921410 (broch.).

CARDOSO, Ciro F. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987, 128p.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial** (Séculos XVI – XVIII). São Paulo, Cadernos CEBRAP, 1974, n. 17.

SCHWARCZ, Lilia e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ª ed. São Paulo. Companhia das letras, 2018. 519p.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991. 287p. (Clássicos). Apêndices.

_____. **ARISTOTLE: in twenty-three volumes**. Coautoria de Longino, Demetrio. Cambridge, MA; London: Harvard University Press: Heinemann, c1970- . nv. (Loeb classical library, 73, 193, 199, 228, 255, 264, 271, 285, 287-288, 30). ISBN v.18 0-674-99317-9

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, SP: Difusão europeia do livro, 1962. 340 p.

CHALHOUB, Sidney. **Medo branco de almas negras**: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. Revista Brasileira de história, São Paulo, v.8 n 16, 1988 p. 83-105

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003 (5ª reimpressão). 287 p.

_____. **Gorender põe etiquetas nos historiadores**. Folha de São Paulo, 24/11/1990, Caderno Letras, p. H-7

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo, SP: Nacional, c1968. 261p. (Biblioteca universitária. Série 2. Ciências sociais, v.23). ISBN (Broch.).

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo, SP: Ática, 1992b. 625 p.

_____. **A escravidão reabilitada**. ed. São Paulo, SP: Ática, 1990. 271p.

_____. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987. 62 p. (Revisão, 27).

_____. **A ESCRAVIDÃO REABILITADA** LPH: Revista de História. Ouro Preto. V. 3. N.1, 1992 p. 214-266

_____. **Como era bom ser escravo no Brasil**. Folha de São Paulo, 15/12/1990, Caderno Letras.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988. 389p.

_____. **ESCRAVIDÃO NO BRASIL: Um Balanço Historiográfico**. LPH: Revista de História. Ouro Preto. V. 3. N.1, 1992 p. 215-244

_____. **Gorender escraviza a história**. Folha de São Paulo, 12/01/1991, Caderno Letras.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, SP: Boitempo, 2013- . nv. ISBN 9788575593202 (v.1. : enc.).

MARQUESE, Rafael B. **As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira**. Revista de história. São Paulo, n 169, 2013. p. 223-253

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. 267 p.

_____. **No Brasil escravista: relações sociais entre libertos e homens livres e entre libertos e escravos**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH 1 (2), p 219-233, 1981.

MNU. **Negô: Jornal nacional do movimento negro unificado**, n14. Bahia, 1988, 11 p. Disponível em:
<<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PNEGOBA041988014.pdf>>
Acesso em 03/04/2018.

OIT. **Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage** , Geneva, September 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. 390 p. ISBN 9788511130164 (broch.).

QUADROS, Carlos Fernando de. **A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso de Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Sílvia Lara.** Monografia (Trabalho de conclusão de curso em história) – UFRGS. Porto Alegre, 75 p., 2011

REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil:** A história do levante dos malês em 1835. São Paulo. Companhia das letras, 2004. 295p.

SLENES, Robert W. **Lares negros, olhares brancos:** histórias da família escrava no século XIX. Revista Brasileira de história, São Paulo, v.8 n 16, 1988 p. 189-203

SODRÉ, Nelson W. **Desventuras da Marxologia.** Temas de ciências humanas, São Paulo, v. 5.1979. p. 161-171

JACOB GORENDER PÕE ETIQUETAS NOS HISTORIADORES

SIDNEY CHALHOUB
Especial para a Folha

A ESCRAVIDÃO REABILITADA de Jacob Goren-
der. Editora Ática e Secretaria da Cultura do
Estado (rua Barão de Iguatã, 110, CEP 01507,
fone: 011-2769322). 272 páginas. Cód. 1.800.00.
Tiragem de 2 mil exemplares.

Este livro de Jacob Goren-
der faz lembrar a
história de Si-
mão Bacamar-
te, o médico
alienista que,
com suas expe-
riências cientí-
ficas, lançou o
terror entre os habitantes da vila
de Itaguaí. No conto de Machado
de Assis, Bacamarte quer estudar
profundamente a loucura, deter-
minar-lhe os diversos graus, clas-
sificar-lhe os casos etc., num
procedimento taxonômico bastan-
te característico da ciência posi-
tivist do século 19. Em "A Es-
cravidão Reabilitada" (sic), a
monomania classificatória se
ocupa dos historiadores que se
atreveram a escrever sobre a
história da escravidão e da aboli-
ção no Brasil em anos recentes
—especialmente depois de 1978,
ano em que Goren-der fez saber
ao mundo que havia descoberto
as leis eternas e imutáveis que
regiam o funcionamento do modo
de produção escravista colonial.
Em Itaguaí, Simão Bacamarte
descobriu loucos por toda parte, e
trancou-os na Casa Verde, o
hospício da cidade: lá estavam os
loucos mansos, os furiosos, os
ciumentos, os megalomaniacos,
os alucinados e assim por diante.
O diagnóstico de Jacob Goren-
der não é menos abrangente e ater-
rador; entre os historiadores bra-
sileiros que estudam a escravidão,
os "reacionários" são a grande
maioria. E há para todos os
gostos: reacionários subjetivistas,
autonomistas, cliométricos, sofis-
ticos, culturalistas, legalistas,
africanistas, greco-brasianos, etni-
cistas, delirantes, revisionistas,
populistas, patrioteiros, naciona-
listas, grosseiros... Dir-se-ia que
o autor é um homem preocupado
com etiquetas.



Em "A Escravidão Reabilita-
da" (sic), Goren-der está muito
empenhado em explicar a seus
leitores aquilo que ele realmente
acha, e achou desde sempre, so-
bre este ou aquele aspecto da
história da escravidão. Nunca
chegamos a saber exatamente o
porquê de esta ser uma questão
de importância tão transcenden-
tal, mas nosso autor parece pen-
sar que ele tem sido vítima de um
complô urdido nas hostes revisio-
nistas. Os loucos autonomistas
—historiadores caracterizados por
grande ferocidade; isto é, que
deixam Goren-der muito furioso—
andaram distorcendo suas idéias a
respeito dos escravos atores his-
tóricos. Não é verdade que o
autor seja um dos defensores da
teoria do escravo-coisa —uma
representação acadêmica segundo
a qual os escravos só conseguiam
pensar o mundo, e atuar sobre
ele, a partir dos significados soci-
ais impostos pelos senhores. Ao
contrário, Goren-der sempre pug-
nou pelo reconhecimento do es-
cravo enquanto agente subjetivo,
mesmo que essa subjetividade se
expressasse no enquadramento
bastante preciso da vigência das
leis de funcionamento do modo
de produção escravista colonial.
Ele nos explica, por exemplo,
que "o custo de vigilância se
convertia em limite imposto pelos
escravos à rentabilidade do modo
de produção escravista colonial,
nisto se manifestando sua in-
fluência como atores históricos
efetivos. (...) Af estava, no cerne
do processo cotidiano de traba-
lho, a subjetividade do escravo
em ação". (pág. 36) Em outras
palavras, Goren-der está dizendo o
seguinte: primeiro, os trabalhado-
res tinham suas práticas cotidia-
nas de resistência durante a es-
cravidão; segundo, tais práticas
de resistência obrigavam os se-
nhores a gastar dinheiro com o
pagamento de feitores, a compra
de objetos de tortura etc.; tercei-
ro, dadas as duas proposições
anteriores, é dado o pressuposto
econômico de origem filosófica
na imprecisão do senso comum
segundo o qual determinado custo
impõe certo limite à rentabilidade

de um investimento, conclui-se
que os escravos eram sujeitos de
sua história porque suas ações
cotidianas impunham aos senho-
res "custos de vigilância". Por
um lado, é pouco provável que tal
descoberta científica faça abalar
profundamente os pilares dos edi-
fícios universitários; por outro
lado, é curioso notar como, mais
de cem anos depois, um historia-
dor ainda se possa deixar seduzir
tão completamente pela lógica
dos escravocratas.

Simão Bacamarte tinha sua ro-
tina de procedimentos científicos:
recolhia os loucos à Casa Verde,
pesquisava minuciosamente seus
comportamentos, submetia os
pressupostos teóricos aos testes
da observação empírica e, quando
necessário, revia os pressupostos
e se punha a trabalhar com novas
teorias. Jacob Goren-der nunca fez
uma pesquisa histórica prolonga-
da nos arquivos da escravidão
brasileira —limitou-se, até hoje, a
ler alguns documentos impressos
e livros de viajantes—, e então
fundamenta seus procedimentos
de crítica historiográfica no tru-
que e na pilhagem. A ventriloquia
está no centro do método crítico
de Goren-der: trata-se da arte de
fingir que é um outro sujeito
quem fala, quando na realidade é
ele mesmo quem está falando. O
método permite que o autor re-
constitua os argumentos dos ou-
tros a seu bel-prazer. Goren-der é
tão perfeito na arte que consegue
até ser o outro dele mesmo; isto
é, ele consegue fingir que nunca
disse aquilo que disse, e isto
porque em certos momentos de
"A Escravidão Reabilitada" (sic)
não lhe interessa reconhecer aqui-
lo que realmente dissera em ou-
tras ocasiões.

Como tudo isto é muito astuci-
oso, vou exemplificar. Em "O
Escravidão Colonial", livro em
que foram expostas pela primeira
vez as leis de funcionamento do
modo de produção escravista co-
lonial, Goren-der escreveu que "o
primeiro ato humano do escravo
é o crime" (pág. 65, da edição
de 1978). Um monomaniaco au-
tonomista dos mais furiosos ob-
servou que a idéia de que o

escravo só se afirmava como pessoa ao praticar crimes aproximava Gorender dos defensores da teoria do escravo-coisa. Em "A Escravidão Reabilitada" (sic), o cientista retruca que o monomaníaco deturpa grosseiramente o seu texto. O que Gorender realmente afirmou é que a legislação escravocrata só reconhecia no escravo a qualidade de pessoa quando este cometia um crime, o que, de resto, é fato bem sabido por qualquer estudante de graduação em história. O problema é que o outro Gorender, o de 1978, não afirmou apenas essa obviedade. Ao lembrar agora o que escrevera naquela ocasião, o cientista parece ter "esquecido" uma parte da citação. Observem a passagem: "Seu comportamento [o dos escravos] e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso [frase agora omitida por Gorender]. O primeiro ato humano do escravo é o crime". Salvo o caso possível —mas improvável— de que a passagem esteja tão mal redigida a ponto de trair as intenções reais do autor, tal trecho pode ser compreendido por qualquer monomaníaco alfabetizado: os escravos só mostravam ter consciência de sua condição de pessoa ao praticarem crimes. É só na frase seguinte que o cientista acrescenta a observação sobre a posição dos cativos na legislação criminal. Em suma, Gorender (1990) parece ter aplicado o truque da ventriloquia em Gorender (1978).

Reservo para outra oportunidade alguns comentários sobre o método da pilhagem, que consiste na prática gorenderista de pinçar documentos isolados de seu contexto para "comprovar" as leis do modo de produção etc. O que resta registrar aqui é que quem fala em reacionarismo e reabilitação geralmente pensa segundo a lógica do expurgo. É uma história velha e conhecida, e seu desfecho nunca apresenta a lucidez de um conto machadiano. Depois de muito pesquisar as monomanias dos outros, Simão Bacamarte concluiu que era ele o louco, e foi se tratar na Casa Verde.

SIDNEY CHALHOUB é professor de história na Unicamp.

É a esta altura que se forma o abolicionismo ativamente militante e se expande a sua hegemonia sobre setores consideráveis de homens livres. Ao mesmo tempo, afirma sua hegemonia sobre os próprios escravos.

A evolução da consciência de classe dos escravos, traduzida no aumento do número de ações coletivas, não podia alcançar a formulação abrangente de uma proposta de transformação revolucionária da sociedade existente. Os escravos queriam a liberdade e decidir por si mesmos do seu destino. O que significava, para a grande maioria deles, o abandono dos senhores sob cujo domínio sofreram as humilhações da escravidão. Demais disso, os escravos não dispunham de condições estruturais para formular um projeto nacional e ultrapassar o âmbito local ou regional, na ação prática. Já o movimento abolicionista dos homens livres traçou um projeto de transformação nacional (...). Por isso mesmo, nada tem de surpreendente que a hegemonia coubesse ao abolicionismo dos homens livres, aceita pelo consenso dos escravos. Ao mesmo tempo, vindas de baixo, as ações dos escravos empurraram o movimento abolicionista e constituíram o fator principal da sua radicalização revolucionária.

Extrato de "A Escravidão Reabilitada"

FOLHA DE SÃO PAULO
24-11-1990

Quem é Gorender

Da Redação

O jornalista, ensaísta e historiador Jacob Gorender escreveu "A Burguesia Brasileira", "O Combate nas Trevas" —uma história da esquerda armada a partir de 1964— e "O Escravismo Colonial" —a obra que formula o conceito de "modo de produção escravista colonial". Trabalhou como editor da coleção "Os Economistas", da Abril. Gorender foi membro do Comitê Central do PCB até 1967, quando fundou o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

COMO ERA BOM SER ESCRAVO NO BRASIL

JACOB GORENDER

Especial para a Folha

Existem indivíduos que cossem para cima. Um deles é Sidney Chalhout. Não me deterei nas suas baixarias, uma vez que não me atingem. Sujaram a cara do próprio cuspidor. Em respeito ao leitor, vamos ao que tem significação no meu livro "A Escravidão Reabilitada", recentemente lançado.

15 anos atrás, em "O Escravismo Colonial", estudei a contradição inerente ao escravo entre ser coisa e ser pessoa. Para o Direito dos regimes escravistas nas Américas, o escravo era mercadoria e mercadoria é coisa. Podia ser objeto de todas as variantes das operações mercantis: compra, venda, aluguel, sequestro, empréstimo, depósito, fiança, transmissão de propriedade por herança etc. Mas, se a sociedade fazia dele mercadoria-coisa, isso eliminava do escravo a subjetividade própria do ser humano? Perderia ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao ser coisificado? É com esta pergunta que início a seção "Coisa e Pessoa" do capítulo 2 de "O Escravismo Colonial". E ali respondo: "(...) a contradição inerente ao escravo, entre ser coisa e ser homem, não se manifestou e desenvolveu primordialmente na cultura, nas ideologias. Primordialmente, a contradição foi manifestada e desenvolvida pelos próprios escravos, enquanto indivíduos concretos, porque, se a sociedade os coisificou, nunca pôde suprimir neles ao menos o resíduo último de pessoa humana. Antes que os costumes, a moral, o direito e a filosofia reconhecessem a contradição e se preocupassem com resolvê-la de modo positivo, em favor da legitimação da instituição servil, conciliando os termos coisa e pessoa, antes disso os próprios escravos exteriorizaram sua condição antagônica, na medida em que reagiram ao tratamento de coisas." (ed. Atica, 5ª edição, pág. 49).

O cuspidor escamoteou essa afirmação de abertura da seção e que constitui a súpula da argumentação. Eu não precisava repeti-la quando, duas páginas adiante, escrevi que o escravo transcendia a condição de coisa possuída, no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral, antes de tudo, pelo ato criminoso, sendo o primeiro ato humano de escravo o crime (em grifo no texto original).

Aquela altura, tinha em vista o fato de que a legislação escravocrata se viu obrigada a qualificar os escravos como pessoas ao lhes atribuir responsabilidade penal. Um boi que matava um homem não se sentava no banco dos réus. Mas o escravo — visto como besta semovente, igual ao boi, ao processo de trabalho — era levado a julgamento, quando cometia crimes. Reconhecia-se nele uma responsabilidade subjetiva própria somente de seres humanos.

Dito isso, considero definitivamente liquidada a inérita acusação de haver falseado citações de minha obra. (Nunca me apontaram deturpações de obras alheias ou de documentos históricos). E se esclarece que jamais aceitei a coisificação subjetiva do escravo como fato geral.

Em 1975, não tinha em vista teses então inimagináveis e increduláveis. Para correntes historiográficas fortalecidas nas universidades de São Paulo e de outros Estados do país, coisificação se tornou palavra comumente grafada entre aspas pejorativas. Logo-se no mesmo balaio a coisificação subjetiva do escravo — caso-limite, conforme escrevi — e a coisificação social, imposta a todos os escravizados.

Em contraposição, pinta-se um quadro da escravidão brasileira diante do qual empalidecem as cores do patriarcalismo de Gilberto Freyre. Não só porque a violência costora aparece minimizada e até aceita pelos escravos

como "castigo justo", igual ao aplicado às crianças. Mas, principalmente, porque o cativo, além de desfrutar do paternalismo do senhor, estava protegido por leis equitativas, que os juizes supostamente cumpriam ao pé-da-letra. Leis que permitiam ao cativo "negociar" com o senhor e se acomodar à condição servil em termos satisfatórios para ambos, configurando uma situação de coexistência pacífica.

Tão pacífica que o processo da abolição teria sido conduzido de maneira "lenta, gradual e segura" pelos estadistas do império escravocrata, com relevo para o visconde do Rio Branco e o senador Nabuco de Araújo. Os próprios cativos teriam dado seu consenso à política de hegemonia dos escravistas, condensada na célebre fórmula do presidente Geisel com antecipação de um século.

Não foi por outra razão que, ao estudar as tendências acadêmicas que desenharam semelhante perfil histórico mistificador, dei ao meu recente livro o título de "A Escravidão Reabilitada". Compõem este perfil outros traços característicos imaginários: aos quais, aqui, faço apenas referência: o trabalho regrado, os incentivos à produtividade e à poupança em benefício do escravo (tomado equivalente ao camponês ou ao assalariado), a frequência de famílias estáveis, a ausência de preconceito racista, a alforria razoavelmente acessível.

Na ilha-fantasia das Bermúdas, o personagem de "A Tempestade" de Shakespeare se deixou arrebanhar pelo enlevo do "admirável mundo novo". Hoje, se acreditasse nas teses universitárias da historiografia pretensamente avançada, decerto poderia exclamar: "Admirável mundo velho! Como era bom ser escravo no Brasil!"

JACOB GORENDER é historiador, membro da Anpuh e Adhuc.

FOLHA DE SÃO PAULO

15-12-1990

Gorender escraviza história

SILVIA H. LARA
Especial para a Folha

Ao ler os artigos de Sidney Chalhouh e Jacob Gorender (Letras de 24/11/90 e 15/12/90) fiquei me perguntando se um leitor afastado dos atuais debates sobre a escravidão no Brasil perceberia por que dois estudiosos passam tantas linhas a discutir se os escravos eram, afinal, "coisas" ou sujeitos de sua própria história?

No trabalho de Gorender, deixando de lado questões técnicas, o que interessa evidenciar aqui é que há algo oculto nessa discussão, que diz respeito à política. Não um debate entre direita e esquerda, como Gorender quer fazer crer ao longo de "A Escravidão Reabilitada". Mas um debate no interior das esquerdas. O próprio título do livro de Gorender é significativo: reabilitação é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stalinista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de "reabilitarem" a escravidão, ele nada mais faz que "renegar" a história. Mas é preciso ir além: recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos.

De início, isso significa recusar os anátemas, que só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da "linha justa" é inabalável. O que não é próprio de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a "Grande Teoria" obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social. É bem verdade que Gorender, em "O Escravidão Colonial" fez algumas críticas a esta tradição —mas até que ponto? Seu conceito de modo de produção e todas as suas "leis" são construídos a partir de reflexões teóricas e críticas bibliográficas. Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica baseando-se na velha crença de que uma boa "teoria geral" substitui com vantagens o diálogo com as evidências.

Foi justamente contra concepções desta natureza que Thompson (acusado por Gorender do pecado de "frouxidão estrutural") e vários historiadores marxistas britânicos do PC inglês se insurgiram nos anos 60 logo após o 20º Congresso do PCUS.

Isto significa também recusar a noção, tão arraigada em parte da esquerda, de que os intelectuais —possuidores da "boa teoria"— detêm o poder de juízes. Sidney Chalhouh, eu e tantos outros abrimos mão dessa arrogância. Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um bem construído conceito de modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar a escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. Em nossos textos, os escravos, fugitivos e libertos, têm nomes. Suas histórias mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos —diferentes daqueles de seus senhores— e lutaram por eles enquanto escravos. Construíram alternativas de vida, lutaram de diversas formas e conquistaram "direitos", transformando as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. Suas ações e valores só podem ser compreendidos no interior e através das relações sociais tecidas por eles e seus senhores. Deixar de lado noções anacrônicas de violência e liberdade significa apenas dar voz para esses homens e mulheres afirmarem suas concepções a respeito destas palavras.

Podemos aprender com eles que liberdade não significa vender sua força de trabalho, mas sim ter o direito de ir e vir, ter acesso à terra, manter linhagens e laços de solidariedade arduamente construídos: a luta pela liberdade empreendida por eles pode ter sido derrotada pelos abolicionistas imigrantistas e golpeada definitivamente pela República, mas quem dirá que ela não renasce a cada dia, no movimento negro ou nas lutas pela reforma agrária?

Por outro lado, muitos ex-escravos eram monarquistas nos primeiros anos da República e isso não os transforma em "reacionários", "neopatriarcalistas" ou "antimarxistas".

A história é bem mais contraditória do que supõe a vã teoria. Vivemos em um país no qual milhões de pessoas passam fome e, no entanto, foram os "descamisados" que elegeram um presidente capaz de gerar mais fome e miséria. Talvez a fé de grande parte das esquerdas em posturas tão surdas às vozes da experiência social tenham contribuído para que isso acontecesse. Junto com o velho muro, a "Grande Teoria" foi também demolida —mas não a perspectiva de "transformar o mundo", como propunha nosso velho sábio do século 19. É isto que faz com que muitas vezes Gorender e nós possamos assinar os mesmos manifestos ou votar nos mesmos candidatos. Apesar disso, não gostaria de concluir como na conhecida piada sobre o stalinismo: "Camarada, vou fazer sua autocrítica". Na história e na política aprendemos, há algum tempo, a respeitar as diferenças.

SILVIA HUNOLD LARA, 35, é professora do Depto. de História da Unicamp e autora de "Campos da Violência" (Paz e Terra, 1988).

FOLHA DE SÃO PAULO

12-01-1991